Via Combativa

Uma revista de teoria anarquista

Revista teórico-política da União Popular Anarquista - UNIPA

O Bakuninismo e a Teoria da Revolução social

Editorial

Caros leitores,

É com satisfação que lançamos primeiro número da nova revista de teoria política da União Popular Anarquista, a **Via Combativa**. A nova revista substitui a antiga revista Ruptura, e acompanha a definição da linha política e de massas da nossa organização.

O objetivo dessa nova fase é a instrumentalização do bakuninismo enquanto ferramenta de interpretação e transformação da sociedade brasileira. Essa nova fase é marcada pela consolidação da nossa proposta teórica, expressa nas resoluções de nosso terceiro congresso.

A construção de uma teoria que seja capaz de explicar a realidade social é de importância fundamental. Durante esses seis anos de existência da nossa organização procuramos avançar nos debates internos em temas imprescindíveis para consolidação teórica do anarquismo. Ao mesmo tempo buscamos sistematizar importantes discussões teóricas iniciadas por Bakunin. Isso é essencial, uma vez que sua obra encontra-se fragmentada. A revista vai dar prosseguimento a esse processo, só que visando difundi-lo entre militantes e a classe trabalhadora em geral.

Buscamos sair de um marco estritamente conjuntural e historicista e avançar na construção de uma verdadeira crítica anarquista. Com o desenvolvimento de conceitos centrais à análises sociológicas de fatos e processos sociais.

Os artigos presentes neste número representam justamente esse novo passo na construção teórica, tanto na continuação dos pressupostos teóricos como na sua sistematização. Eles foram, no princípio, teses apresentadas no III Congresso da UNIPA, realizado em 2007. As teses sobre a análise do desenvolvimento e economia brasileira serão publicadas progressivamente nos próximos números.

Os artigos dessa revista fazem uma sistematização das bases da teoria bakuninista, em termos de conceitos e métodos. A revista contém seis artigos que justamente marcam a nossa preocupação: **O Bakuninismo na Primeira Internacional dos Trabalhadores; A Filosofia Bakuninista: dialética e ação do materialismo sociológico; Uma Teoria do Anti-Estado: A Comuna de Paris e a Organização Política Socialista**; **O Bakuninismo e a Teoria da Organização Política; O Estatismo na História: experiência e teoria; Forças Coletivas e Classes Sociais: o funcionamento da economia e sociedade** .

O primeiro artigo tem como objetivo demonstrar a experiência histórica do Bakunisnismo na 1º Internacional; o segundo, explicar a dialética e o materialismo bakuninista, demonstrando os elementos principais que compõem o método bakuninista; o terceiro, fundamentar um crítica do Estado e uma teoria do Anti-Estado à luz da experiência da Comuna de Paris; o quarto, procura desenvolver a Teoria da Organização Política à partir da experiência da Aliança Socialista; o quinto, um artigo sobre o Estatismo, conceito fundamental na teoria social bakuninista; e, por fim, o último artigo visa esclarecer e aprofundar a reflexão a respeito do funcionamento da sociedade e da economia, à partir de uma teoria das classes sociais e da ação destas.

Portanto, a revista Via Combativa ganha um conteúdo bem diferente da sua antecessora, Ruptura, ao procurar sistematizar o desenvolvimento teórico da organização, com a apresentação de reflexões históricas, políticas e sociológicas.

Anarquismo é Luta! Bakunin Vive e Vencerá!

Fotos:

Na capa: Treinamento de rebeldes em Angola - 1961 (abaixo - à esquerda)
Contra-capa: Quadro de um típico sans-culotte por Louis-Léopold Boilly (à direita)

Sumário

Via Combativa

Nova Revista teórico-política da União Popular Anarquista - **UNIPA**

Nº 1 - Maio de 2009

E-mail de contato:
unipa_net@yahoo.com.br
Página na WEB:
www.unipa.cjb.net

O Bakuninismo na Primeira Internacional dos Trabalhadores

A Internacional e seus precursores

O século XIX foi marcado pela consolidação do capitalismo em todo o ocidente e por sua expansão pelo mundo. Assumindo novas formas, o sistema social capitalista deu origem ao imperialismo. A questão econômica sempre foi central, uma vez que tal sistema baseia-se na expropriação das massas trabalhadoras submetidas, principalmente nesse contexto, a uma nova disciplina de trabalho imposta pelo mercado. Contudo, e na mesma medida, emergiu na Europa como fruto desse mesmo processo histórico o movimento operário e popular, influenciado pelas idéias socialistas. Este movimento nasce, então, ligado ao tema da emancipação econômica dos trabalhadores explorados pelo capital.

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, Primeira Internacional) nasceu em um momento particular da história, em circunstância da afirmação dos trabalhadores frente ao fortalecimento do capitalismo. Entre os anos de 1863 e 1864, alguns operários tiveram a idéia de formar uma organização que congregasse todos os trabalhadores do mundo. Esse processo de criação se deu lentamente, a princípio por parte de alguns intelectuais e, depois, ganhando força através das ações dos próprios trabalhadores que perceberam na formação desse organismo a forma de lutar contra a opressão do capital. Os princípios socialistas daquela época formaram a base, o corpo ideológico, em certa medida, da Internacional. Não havia ainda nessa época as denominações socialistas e comunistas tal qual as conhecemos hoje. “Socialista” em muitos países significava anarquista. É preciso compreender que o conceito “anarquismo”, na época da Primeira Internacional, se associava a uma determinada teoria política e a uma determinada estratégia prática, como veremos mais adiante.

Gravura retratando a presença de Bakunin na Internacional

Entretanto, a idéia desse tipo de associação não era nova em 1864. Já havia sido levantada por Flora Tristan em 1843. Em 1847, Marx e Engels já haviam lançado o chamamento “Proletários do mundo, univos”, no Manifesto do Partido Comunista. Joseph Dejacque, junto com Ernest Coeuderoy, lançava em 1855 o programa de uma associação internacional.

A Internacional histórica tem início a partir da visita de uma delegação operária francesa à Exposição Universal de Londres em 1862, quando se deu um primeiro contato com membros das uniões de comércio britânicas (Trade Unions). Em 22 de julho de 1863, as conversações continuaram entre sindicalistas ingleses e seis operários parisienses, Tolain e Perrachon que trabalhavam com bronze, os mecânicos Aubert e Murat, o pedreiro Cohadon e o camiseiro Bobal. A partir daí surge a idéia de uma convocação de um congresso internacional. Além dos grupos sindicalistas britânicos e das associações mútuas francesas, outros grupos, representando interesses diferentes, contribuíram para a fundação da AIT.

Todos os grupos apresentavam uma tendência de adquirir uma dimensão internacional. Isso nos leva a concluir que a propagada paternidade da AIT atribuída à Marx não possui dados objetivos que a comprovem historicamente. Este só aderiu à Internacional faltando poucos dias para o encontro de Saint-Martin’s Hall, em 28 de setem-

bro de 1864. Só mais tarde é que Marx encabeçará a subcomissão para elaboração dos estatutos da AIT. Os sindicalistas britânicos, sob influência do trabalhismo inglês, e os operários franceses, de tendência socialista, serão os precursores da nova Associação que posteriormente também contará com trabalhadores influenciados pelo comunismo alemão, a base de apoio das propostas de Marx. A AIT sempre abrigou em seu interior matizes ideológicos diversos, como marxistas, liberais, antigos cartistas, trade-unionistas (defensores das uniões de comércio), proudhonianos e socialistas em geral.

Havia, porém, uma disparidade de critérios que obstaculizavam a criação de um organismo internacional. As Trade Unions por um lado não se caracterizavam precisamente por aspirações muito avançadas e os dois delegados italianos eram marcadamente mazzinianos, ou seja, políticos patriotas. Os franceses eram os que estavam à frente de verdadeiros sindicatos de trabalhadores, que lutavam por seu reconhecimento, pela melhoria de salários e das condições de trabalho; eram aqueles que tinham perspectiva revolucionária. Pela lógica do projeto que foi formulado, a sede do Conselho Geral da AIT deveria ficar na França, mas isso não foi possível devido às leis bonapartistas que proibiam as associações de mais de vinte membros. Por isso a sede escolhida foi Londres.

Neste primeiro momento da Internacional, as idéias mais aceitas eram também as mais radicais e vinham dos trabahadores franceses proudhonianos, com seu **federalismo** e **classismo.** Marx, representante do comunismo alemão, nunca confiou muito no potencial da massa trabalhadora e afirmava não haver condições históricas para um congresso dos trabalhadores. Depois acaba se convencendo do contrário e passa a integrar a Internacional. Desde cedo, houve polêmica entre as delegações francesas e o pensamento marxista adotado pelas seções britânicas: para os franceses a emancipação econômica dos trabalhadores deveria subordinar todo o movimento político. Para os ingleses era o inverso. A princípio tais diferenças não pareciam fazer tanta diferença, mas passariam a ser o ponto central da polêmica entre Marx e Bakunin.

Marx e Bakunin, cujas disputas resumem em parte a história da Internacional, não estavam presentes em sua fundação. É vital, porém, ao analisarmos o surgimento da Primeira Internacional e os conflitos decorrentes, termos em mente que tais polêmicas não eram meramente internas, mas diziam respeito a concepções políticas fundamentais. Para tanto, torna-se necessário apreendermos as ações dos dois mais importantes protagonistas da Primeira Internacional, Mikhail Bakunin e Karl Marx.

As divergências entre Bakunin e Marx

Foi possível perceber a partir de 1868 a grande influência de Bakunin no seio da AIT em praticamente todas as sessões da Bélgica, Itália, Espanha, Suíça francesa e em parte da Inglaterra, França, Holanda, Áustria e Estados Unidos. Compunham o grupo de apoio a Marx a maioria dos membros do Conselho Geral, os social-democratas alemães do Partido de Eisenach e os austríacos. As bases de sustentação das posições de Marx estavam nas sessões da Suíça Germânica e nos Estados Unidos. Havia ainda algumas sessões isoladas na Inglaterra, Espanha e Portugal que o apoiavam, mas que eram insignificantes numericamente, segundo Droz, "eram quase fictícias" (DROZ, 1972).

Para Bakunin a exploração burguesa é sempre solidária, e assim também deve ser a luta dos trabalhadores contra tal exploração. Dessa forma, o objetivo da Internacional era organizar os trabalhadores contra o jugo da burguesia. Nos estatutos gerais da AIT lemos que a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande objetivo ao qual se deve subordinar qualquer movimento político. A seção da Internacional em Genebra, da qual Bakunin era o principal representante, tinha em seus documentos a determinação de repelir qualquer ação política que não tivesse por objetivo imediato a vitória dos trabalhadores sobre o capital. A luta contra a exploração econômica não pode estar dissociada do fim imediato da opressão política. Uma das principais críticas que Bakunin fazia a Marx era a de que para este a conquista do poder de Estado era a condição prévia para a emancipação econômica do proletariado, ou seja, era possível haver socialismo sem liberdade, sob a existência da ditadura do Partido Comunista.

Ao subordinar a emancipação econômica à ação política, Marx já enunciava aquilo que mais tarde ficou explícito, mas que, no seio da Internacional, principalmente em seu Quarto Congresso (Basilea, em 1869), ainda não era posto de forma tão clara devido à grande influência do Bakuninismo no movimento operário. Daí decorrem o autoritarismo marxista e sua defesa intransigente da ditadura do proletariado e do Estado. Partindo deste princípio, para se chegar a sua emancipação econômica a classe trabalhadora poderia se subordinar aos domínios de uma aristocracia operária, de uma burocracia estatal, por exemplo. A máxima de que os fins justificam os meios também se aplica à ação marxista e é utilizada como justificativa para qualquer prática autoritária no interior dos movimentos populares pelos militantes marxistas, para os quais o Estado é necessário para garantir a emancipação dos trabalhadores, que se dá gradualmente ao longo da fase transição.

Mais tarde, a partir das manobras políticas de Marx, a Internacional transformou-se, segundo as decisões do Quinto Congresso de Haia, em 1872, em uma ferramenta para a conquista do poder. Neste mesmo Congresso se deu a expulsão de Bakunin. Porém, antes do Congresso, Marx convocou às pressas uma conferência do Conselho Geral em Londres, da qual poucos delegados puderam participar devido ao local de difícil acesso e à convocatória re-

alizada sem obediência aos critérios necessários. O objetivo de Marx era fortalecer a autoridade do Conselho Geral, fazendo deste a cabeça da Internacional.

Uma das ações de Marx à frente do Conselho Geral foi lançar uma nota aos operários franceses para que se posicionassem contra qualquer tentativa de revolução, que ele chamava de prematura, referindo-se aos momentos que antecederam a Comuna de Paris, marco da luta dos trabalhadores em todo o mundo[1] . Bakunin, antevendo as manifestações de descontentamento do operariado francês, toma a Câmara Municipal de Lião, onde proclama a abolição do Estado. A insurreição prematura que Marx temia, no entanto, aconteceu em 18 de Março de 1871. Posteriormente, Marx cinicamente saldou a Comuna como um momento extremamente valioso para a classe operária[2] .

A proposta de Marx de passagem do Conselho Geral para Nova York ganhou por 30 votos contra 14 e 12 abstenções. Várias delegações como a italiana não puderam comparecer. Somente as delegações que teriam que atravessar apenas o Canal da Mancha e os alemães, que, geograficamente, estavam próximos da cidade holandesa e que, ideologicamente, estavam próximos de Marx, compareceram. Havia ainda a impossibilidade de Bakunin chegar a Haia, em virtude do decreto de isolamento que pesava sobre ele na Bélgica, e a ausência da delegação francesa por causa das dificuldades pelas quais passavam as seções da Internacional na França após a Comuna.

Para Bakunin, era necessário que cada país tivesse o direito de seguir as tendências políticas que mais lhe agradassem. Diante dos impasses políticos, era fundamental que se preservasse a unidade na Internacional no campo da solidariedade econômica. Nenhuma teoria filosófica deveria ser a base ou condição oficial do Programa da Internacional, mas no seu seio tais questões poderiam ser discutidas e disputadas. Segundo Bakunin, era assim que então se criaria a grande política da Internacional, não emanando duma cabeça isolada, incapaz de abraçar as necessidades do proletariado, mas da ação livre, dos trabalhadores de todos os países.

Sua preocupação era com a possibilidade (que mais tarde se concretizou através de Marx) da formação de um grupo de indivíduos que tivesse por pretensão tornar-se a vontade dirigente e unificadora do movimento revolucionário e da organização econômica do proletariado. Bakunin sempre defendeu a liberdade, a ação livre dos trabalhadores, condenando coerentemente o pensamento único que Marx pretendia que reinasse na Internacional, que, ao contrário, não surgiria de nenhum grupo político específico, mas da solidariedade sincera dos operários no enfrentamento direto contra a opressão do capital.

Como já fora demonstrado, Bakunin defendia que as mais diversas posições políticas estivessem representadas na Internacional, desde que respeitassem seu Programa. De modo algum, como querem alguns pseudo-anarquistas, ele repelia o debate e a existência de partidos e organizações no interior da AIT, pois ele mesmo estava convicto da necessidade de uma organização especificamente anarquista que buscasse influenciar e orientar politicamente os organismos de massa. Marx, ao utilizar como argumento para sua expulsão a existência da Aliança, organização liderada por Bakunin, utilizou de artimanhas, alegando que o anarquista russo seria autoritário e agia infiltrado na AIT. É notório e já demostrado acima que Bakunin sempre condenou os autoritarismos, inclusive o marxista.

O que aqui denominamos bakuninismo não é uma invenção arbitrária e a-histórica, mas um resgate daquilo que já havia sido dito e praticado por Bakunin. Desse modo, o que defendemos encontra-se plenamente de acordo com as orientações de Bakunin, segundo o qual é crucial a existência de uma coletividade que deve preparar a revolução e dirigi-la, a partir de sua influência no movimento revolucionário de massas mais amplo, neste caso, a própria Internacional.

As manobras políticas e o desrespeito às instâncias de base da AIT passaram a caracterizar as ações de Marx e de seu grupo que logo perceberam no bakuninismo um obstáculo às suas pretensões políticas.

Foi no congresso de Basilea, ponto culminante da AIT, quando esta contava com 1 milhão de adesões, onde se acirraram as disputas entre o marxismo e o bakuninismo. Um caso exemplar foi o debate sobre a propriedade da terra. Havia concordância entre os bakuninistas e marxistas na deliberação de que a sociedade tinha o direito de abolir a propriedade individual da terra e fazer com que esta seja propriedade coletiva. A discordância surge no tema da herança. Garcia apresenta as posições de Bakunin e Eccarius no trecho que se segue:

Eccarius, membro do Conselho Geral e portavoz de Marx na maioria dos congressos declarou que o desaparecimento da herança não podia ser ponto de partida para uma transformação social, mas sim uma consequência natural da apropriação coletiva dos meios de produção. (...) Bakunin fez um tremendo ataque ao direito de herança: “o direito de herança depois de haver

Toulain - Líder dos “Proudhonistas de direita”

sido a consequência natural da apropriação violenta das riquezas naturais e sociais passou a ser depois a base do Estado político, da família jurídica, que garantem e sanciona a propriedade individual. E acrescenta: a transformação da proprieade individual em propriedade coletiva encontrará grandes obstáculos entre o campesinato. Se depois de haver proclamado a liquidação social, a expropriação desses milhares de pequenos agricultores aconteceria necessariamente através da reação, e para submetê-los a revolução será necessário empregar contra eles a força, ou seja, a reação. Será necessário, pois, deixá-los possuidores de fato dessas parcelas de que são hoje proprietários. Mas, se não abolir o direito de herança, o que acontecerá? Transmitirão essas parcelas a seus filhos com a sanção do Estado, a título de propriedade. Pelo contrário, se proclamais a a liquidação política e jurídica do Estado, se se abolir o direito de herança o que acontecerá aos camponeses? Só possuirão de fato esta possessão, privada de toda sanção legal sem amparar-se na potência do Estado e se deixará transformar facilmente sob a pressão dos acontecimentos revolucionários". (GARCIA, 1974)

A maioria dos votos foi para a proposta de Bakunin sobre a abolição da propriedade da terra, que foi vitoriosa e acabou sendo consensual, porém, não foi suficiente para que a proposta da abolição do direito de herança fosse aprovada. Mas ficou claro que Marx havia sofrido uma das piores derrotas de todos os tempos. E as idéias de Bakunin, mesmo após sua saída da AIT, continuaram influenciando o movimento operário.

As disputas entre Marx e Bakunin não devem ser encaradas como fruto de polêmicas pessoais, sem fundamento, ou como conflitos de ego. Os conflitos na Primeira Internacional devem ser compreendidos como fundamentais para aqueles que buscam atuar em qualquer campo político. Tornar explícitas tais questões é crucial para situar concretamente os que lutam pela revolução com liberdade e os que a desejam com a permanência de privilégios e de vanguardas iluminadas, ou seja, os que querem a revolução pela metade.

A avaliação de Bakunin sobre as divergências entre sua concepção e a de Marx era bastante lúcida como se percebe neste fragmento: "Desde 1868, época da minha entrada na Internacional, organizei em Genebra uma cruzada contra o próprio princípio da autoridade e preguei a abolição dos estados, incluindo na mesma maldição esta chamada ditadura revolucionária que os jacobinos da Internacional, os discípulos de Marx, nos recomendam como um meio provisório absolutamente necessário, segundo eles pretendem. À consolidação e à organização da vitória do povo. (...) No congresso de Basiléia obtivemos uma vitória a que podemos chamar completa, não só sobre os proudhonianos doutrinários e pacíficos, os individualistas ou os socialistas-burgueses de Paris, mas ainda sobre os comunistas autoritários da escola de Marx. Aí está o que Marx nunca nos pode perdoar a razão de imediatamente depois deste congresso, ele e os seus terem começado contra nós uma guerra que não tende a mais nada senão à nossa completa demolição". (DROZ, 1972. p. 147).

Mesmo na conferência de Londres em que Marx dá um golpe na AIT, em setembro de 1871, este contava com 13 representantes fiéis dos 23 presentes, desses, 4 eram opositores e os outros 6 foram convencidos por Marx diante da ausência de debate. A conferência com a presença de apenas 23 delegados suspendeu múltiplas decisões que visavam reforçar os laços entre Londres e as federações de diversos países, isso sob o argumento de reforçar a coesão da AIT. O número inexpressivo de delegados contrasta com o do congresso anterior, o de Basiléia, em 1869, autenticamente Internacional, que contou com a presença de 72 delegados: 27 franceses, 24 suíços, 10 alemães, 6 ingleses, 5 belgas, 2 austríacos, 2 italianos, 2 espanhóis, 1 americano. É neste congresso que as resoluções mais avançadas da AIT são tomadas. (DROZ, 1972).

A cisão da AIT se consuma no congresso de Haia, em 1872, com a expulsão de Bakunin e a transferência do Conselho Geral para Nova Iorque. Em 15 de setembro de 1872, as federações italiana, espanhola, americana e francesa e a Jurassiana realizam um congresso extraordinário para dar prosseguimento à Internacional com sede em Londres. Mais tarde estes foram chamados de "anti-autoritários" ou de dissidentes pela historiografia oficial. Bakunin permaneceu nela até 1874, quando a deixou no final do mesmo ano em razão de sua saúde estar bastante debilitada e por concluir que já não valia mais a pena continuar atuando num agrupamento que mostrava claro esgotamento. O mesmo aconteceu com a Internacional cuja sede era Nova Iorque, que, na verdade, nunca chegou a existir efetivamente, sendo seu conselho geral dissolvido em 1876, na Conferência da Filadélfia.

BIBLIOGRAFIA:

BAKUNIN, Mikhail. Estatismo e Anarquia. Editora Imaginário, São Paulo, 2003.

DROZ, Jacques. História Geral do Socialismo. Vol. 3 Livros Horizonte, Lisboa, 1972

GARCIA, Victor. La internacional obrera. Breve recuento historico del desarrollo de la Primera Internacional.1974.

____

NOTAS:

1 *"A classe operária francesa está em circunstâncias extremamente difíceis. Toda a tentativa de derrubar o novo governo, no momento em que o inimigo quase bate às portas de Paris, seria uma loucura desesperada (...) Que calmamente, resolutamente os operários aproveitem a liberdade republicana para proceder metodicamente à sua organização de classe" - panfleto de 9 de setembro. (DROZ, 1972 p. 839).*

2 *"A Comuna era essencialmente um governo da classe operária (...), a forma política finalmente encontrada para permitir a realização da emancipação econômica do trabalho". (DROZ, 1972 p. 840).*

A Filosofia Bakuninista: dialética da ação e o materialismo sociológico

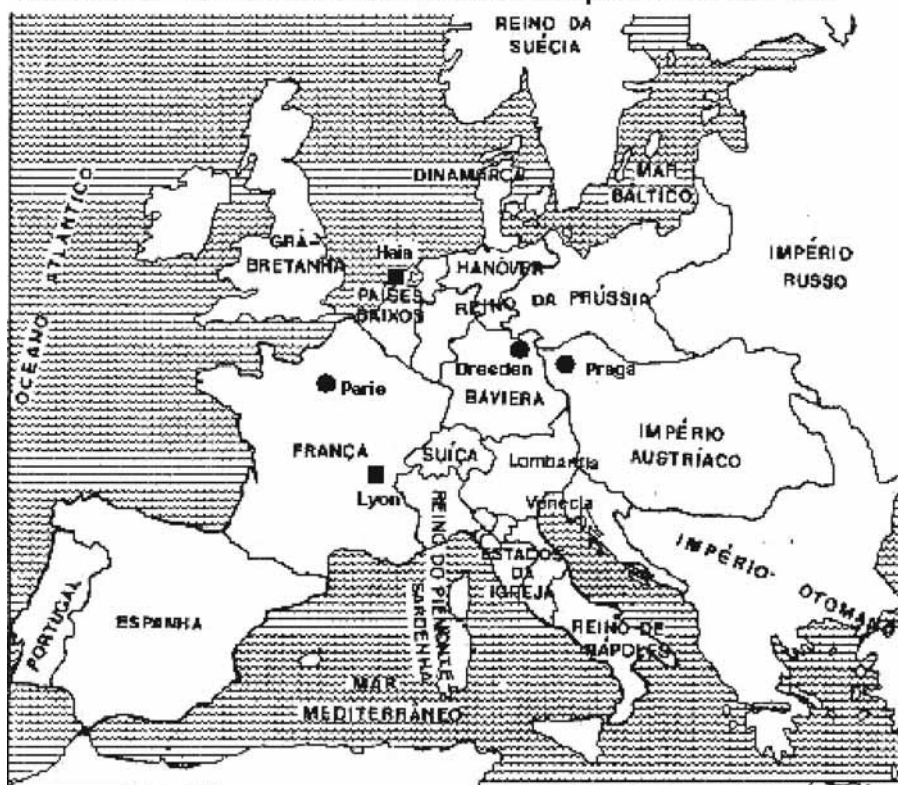
"Nós, revolucionários-anarquistas, defensores da instrução geral do povo, de sua emancipação e do mais amplo desenvolvimento da vida social e, por isso mesmo, inimigos do Estado e de toda gestão estatista, afirmamos, ao contrário dos metafísicos, positivistas, eruditos ou não, prostrados aos pés da deusa ciência, que a vida natural e social sempre precede o pensamento, que é apenas uma função, mas nunca o resultado"

Mikhail Bakunin

O revolucionário anarquista Mikhail Alexandrovitsch Bakunin nasceu em 1814 na cidade de Premukhimo, província russa de Twer, e faleceu em 1876 na cidade de Berna, Suíça. Oriundo de uma família da nobreza rural, Bakunin viveu numa Rússia absolutista, onde o povo era explorado pela aristocracia rural e pela burocracia czarista.

Sua biografia é marcada por intensa atividade política revolucionária, participando das mais importantes revoltas e organizações do proletariado do século XIX. É importante destacar que sua participação não foi secundária, mas sim central, influenciando, construindo e teorizando. Bakunin nos deixou um legado fundamental: sua teoria e sua ideologia revolucionárias.

Apesar de sua importância, a obra de Bakunin encontra-se fragmentada, esparsa, carecendo de uma sistematização (deixou vários de seus escritos incompletos). Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo contribuir para a sistematização e a atualização da teoria revolucionária bakuninista. Para tanto começaremos com uma discussão histórica sobre as bases filosóficas e políticas do bakuninismo. Por fim, apresentaremos uma sistematização inicial de sua teoria, que compreende uma filosofia política e um método sociológico.

Militância de Mikhail Bakunin na Europa do século XIX

● Primeiro período: 1842-1849

■ Segundo período: 1865-1976

1. As revoluções: Bakunin no contexto do século XIX

Podemos afirmar que Bakunin tem seus primeiros contatos com as filosofias e com as teorias contestatórias do seu tempo em 1834, quando em Moscou participou de importantes círculos de discussões filosóficas. Nestes círculos, teve acesso a debates sobre autores do romantismo e da filosofia alemã, do socialismo francês nascente e da questão dos povos eslavos. Os debates eram sobre os escritos dos mais influentes intelectuais de sua época. Identificamos, neste período, afiliações teóricas de Bakunin com a filosofia alemã, que tinha em Hegel seu maior expoente, e com o socialismo francês, a partir dos escritos de Saint-Simon. Continuando seus estudos de filosofia na Universidade de Berlim, já em 1840, aprofunda seu conhecimento sobre a dialética hegeliana, mas agora à luz da interpretação dos hegelianos de esquerda.[1]

O contato com os hegelianos de

esquerda foi fundamental, pois Bakunin rompe com a mera especulação filosófica e parte para a prática política a partir da reflexão. Sua práxis política revolucionária começa na militância pan-eslavista, participando de movimentos revolucionários contra as bases das Monarquias Absolutistas e pela independência do "povo eslavo". Durante essa intensa militância conheceu P.-J. Proudhon, que era um dos principais expoentes do socialismo francês, e Karl Marx, que também iniciava sua militância política.

É importante ressaltar que a Europa da primeira metade do século XIX estava sofrendo os efeitos transformadores das Revoluções Industrial e Francesa. A expansão das atividades industriais pela Europa provocou o enriquecimento da burguesia, forçou o êxodo rural e criou novas relações sociais de exploração das massas empobrecidas, agora transformadas num proletariado industrial. Entretanto, a economia agrícola entrou em crise (as antigas estruturas feudais em decadência eram insuficientes para acompanhar os novos tempos), gerando desabastecimento e aumentando o custo de vida nas cidades e a miséria no campo. Portanto, nas cidades, os trabalhadores eram os mais atingidos pela crise agrícola, enquanto os camponeses eram impelidos pela miséria e pela opressão à migrar para as cidades.

As influências da Revolução Francesa são tanto do período revolucionário (1789-1799), quanto da Era Napoleônica (1799-1815) e da reação do Congresso de Viena (1815). A instabilidade política se estendeu pelas décadas de 1820 e 1830. Observamos nesse período a deflagração de conflitos entre "forças político-liberais", compostas por setores médios da população, ora por setores do exército e pela burguesia, defensores do liberalismo, e "forças político-conservadoras", compostas pela aristocracia, pela hierarquia eclesiástica, pela alta burguesia e por oficiais do exército, defensores da restauração do Antigo Regime. Nesse contexto, o proletariado, progressivamente, se afasta da influência liberal e se aproxima do socialismo.

Inserindo-se nesse turbilhão de revoltas e revoluções, Bakunin se dedica à luta pela liberdade dos povos eslavos. É importante destacar que os povos eslavos foram durante séculos submetidos ao domínio de grandes impérios da Europa Oriental, como o Sacro Império Romano-Germânico e o Império Czarista Russo. Posteriormente, foram mantidos sobre o julgo austríaco e prussiano[2]. Portanto, ser pan-eslavista significava lutar contra a submissão e exploração, contra o antigo regime imperial e pela defesa da auto-determinação dos povos.

Em 1848, ano conhecido como a Primavera dos Povos por causa das inúmeras e quase simultâneas revoltas contra o despotismo monárquico em toda a Europa (Berlim, Viena, Paris, Veneza, Roma, Praga, Munique, Budapeste e Milão), Bakunin participou do Congresso Eslavo, em Praga, e da insurreição que o sucedera (a Insurreição de Pentecostes). No mesmo ano, participou da Revolução Proletária em Paris. No ano seguinte, participou de outra insurreição, desta vez em Dresden (Alemanha). Por sua intensa atuação revolucionária armada, foi caçado sob o rótulo de "terrorista", sendo preso e condenado à morte em 1850. A sentença de morte foi convertida para trabalhos forçados, prisão perpétua e, finalmente, extradição para a Rússia. Em 1857, foi levado para a Sibéria, de onde fugiu em 1861, passando pelo Japão, pelos Estados Unidos e retornando à Europa. Em 1864, Bakunin reencontraria Proudhon, que veio a falecer semanas depois.

Retomando sua militância revolucionária, Mikhail Bakunin passa a defender a Revolução Universal, isto é, desenvolve a concepção de que:

"Hoje nenhuma revolução pode ser bem-sucedida em qualquer país se não for ao mesmo tempo uma revolução política e social. Todas as revoluções exclusivamente políticas – seja em defesa da independência nacional ou por mudanças internas, ou até pelo estabelecimento de uma república – que não objetive a imediata e real emancipação política e econômica do povo será uma falsa revolução. Seus objetivos não serão alcançados e sua conseqüência será reacionária. A Revolução deve ser feita não para, mas pelo povo e não pode nunca ser bem-sucedida se não envolver entusiasticamente todas as massas do povo, ou seja, no campo e nas cidades". (Bakunin, Catecismo Nacional).

A própria questão eslava passa a se submeter à revolução proletária:

"A revolução, porém, não pode ser obra de um único povo; por natureza, esta revolução é internacional, o que significa dizer que os eslavos, que aspiram à sua liberdade, devem, em nome desta, unir suas aspirações e a organização de suas forças nacionais às aspirações e à organização das forças nacionais de outros países; o proletariado eslavo deve entrar em massa na Associação Internacional dos Trabalhadores". (Bakunin, Estatismo e Anarquia, p. 74).

Os biógrafos de Bakunin afirmam que, nesse período, ele abandonaria o republicanismo radical e se converteria num militante socialista revolucionário. Todavia, sabe-se que, posteriormente, Bakunin associou sua filiação socialista ao anarquismo de Proudhon:

"Cabet, Louis Blanc, fourieristas, saint-simonianos, todos tinham a paixão de doutrinar e organizar o futuro, todos foram mais ou menos autoritários. Mas eis que Proudhon apareceu: filho de um camponês, de fato e de instinto cem vezes mais revolucionário de que todos estes socialistas doutrinários e burgueses, ele se armou com uma crítica tão profunda e penetrante quanto impiedosa, para destruir todos estes sistemas. Opondo a liberdade à autoridade contra estes socialistas de Estado, proclamou-se ousadamente anarquista". (Bakunin, Federalismo, socialismo e anti-teologismo, pp. 25 e 26).

Bakunin, neste sentido, dá continuidade e aprofundamento à obra de Proudhon a partir de dois pilares fundamentais: o socialismo e o federalismo. A concepção socialista proudhoniana é pautada pela identificação da propriedade privada capitalista como a origem das desigualdades econômicas, e por isso a revolução proletária deve abolir a propriedade privada.Ao mesmo tempo a centralização estatal e governamental é identificada com a propriedade privada e com a desigualdade social, e por isso o federalismo é considerado como base da igualdade política, pois se opõe à centralização do poder e garante a efetiva participação política das massas organizadas nos organismos de gestão da sociedade.

Essa é a principal fase da biografia de Bakunin, a década de 1860. Sua biografia insere-se, portanto, nas

lutas do proletariado europeu daquele período, cujas principais experiências foram a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e o processo revolucionário da Comuna de Paris (1871)[4]. Podemos afirmar que, através da militância na Aliança, ele viria a desenvolver a sistematização da ideologia e da teoria revolucionárias anarquistas. Durante essa militância escreveu suas principais obras: "Federalismo, Socialismo e Anti-teologismo" (1867), "Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, sobre e mundo real e sobre o homem" (1870), "O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social" (1871), "Estatismo e Anarquia" (1873), e as cartas ao Jornal L' Egalité (1872). A análise das duas primeiras obras citadas, percebidas no contexto político-social em que foram escritas, permite-nos apreender o significado do bakuninismo enquanto uma filosofia política.

2. A construção da filosofia política bakuninista

Considerando a percepção bakuninista de que as esferas da sociedade (econômica, política, ideológica e cultural) estão interligadas num sistema dialético de influência mútua, não poderíamos deixar de destacar as transformações ideológicas e científicas que marcaram o século XIX. O liberalismo e o individualismo burgueses, a filosofia hegeliana, o socialismo, o positivismo e o evolucionismo contribuíram decisivamente para a ruptura com as bases ideológicas do Antigo Regime. Portanto, num movimento dialético, alimentaram e foram alimentados pelas rupturas políticas e econômicas do século XIX.

A inserção de Bakunin nesse contexto de efervescência intelectual, de construções filosóficas, avanços da ciência e, acima de tudo, de rupturas ideológicas, pode ser identificada no seu texto Federalismo, Socialismo e Antiteologismo. Nela encontramos três pilares fundamentais da filosofia de Bakunin: a igualdade política (federalismo), a igualdade econômica (socialismo) e a teoria materialista (antiteologismo). Identificando estes aspectos – como os argumentos que se seguem pretendem provar –, podemos afirmar que a teoria bakuninista possui três filiações intelectuais e científicas: a filosofia alemã (Hegel, especialmente), o socialismo francês proudhonista e o positivismo científico.

No momento em que Bakunin escreve quase toda a Europa vivia ainda sob regimes monárquicos absolutistas, regimes estes que se fundamentavam e se legitimavam na "teoria do Direito Divino dos Reis". Quando Bakunin escreve no livro acerca do "antiteologismo", ele está, na verdade, rompendo com a teoria ideológica que legitimava o Estado. Portanto, o antiteologismo é um fundamento do "anti-estatismo", e, conseqüentemente, do socialismo.

Ao desmontar a "teoria do Direito Divino dos Reis", toda a concepção idealista teológica do mundo e da sociedade é destruída. Bakunin vai, então, recorrer ao positivismo de Augusto Comte e ao evolucionismo de Charles Darwin para negar a teoria criacionista[5]. Estendendo sua crítica às demais ideologias idealistas, afirma que as filosofias metafísicas que legitimam o Estado-burguês são atualizações do teologismo; segundo os pressupostos bakuninistas, o individualismo de Hobbes, Locke, Rousseau, que produziu ficções como o "estado de Natureza", "o Contrato Social" e o "Leviatã", baseadas em características supostamente essenciais e/ou inatas do homem ("bondade" ou "maldade"), são tão falsas quanto o "Direito Divino".

A teoria hegeliana da evolução do "Espírito Humano" é igualmente metafísica para Bakunin, pois transfere a dinâmica do mundo social do homem para forças supra-materiais. Na verdade, segundo a tese materialista, o Estado é o resultado de relações político-sociais concretas, historicamente construídas. Utilizando-se da ciência política de Maquiavel, Bakunin afirma que o Estado é o crime, é a conquista pela guerra e não a "Divina Providência", ou o "livre acordo entre os indivíduos", menos ainda a "evolução do Espírito Humano".

Se é verdade que Bakunin respalda sua teoria em Comte e em Darwin, também é verdade que seu materialismo apresenta novos elementos, pois considera que a matéria é constituída da unidade dialética entre o mundo natural e social.

"Tudo o que existe, os seres que constituem o conjunto indefinido do Universo, todas as coisas existentes no mundo, qualquer que seja sua natureza, sob o aspecto da qualidade como da quantidade, (...), exercem, sem o querer e sem mesmo poder pensar nisso, umas sobre as outras e cada uma sobre todas, seja imediatamente, seja por transição, **uma ação e uma reação perpétuas** que, **combinando-se num único movimento**, constituem o que chamamos de solidariedade, vida e causalidade universais". (Id, p. 57).

De acordo com a perspectiva bakuninista, a variação, dada pela possibilidade permanente de combinações novas e diferentes entre os seres já existentes, possibilita exatamente a formação de novos "seres reais". Sendo assim, a determinação é seguida pela indeterminação relativa, pela possibilidade de combinação de fatos, de ações e reações, engendrando novos produtos. A determinação é a base da realidade material, mas ela se aplica a elementos bem específicos. O que é determinado são as condições de surgimento e reprodução do mundo social (que são sempre as mesmas – os seres vivos sempre terão a necessidade de se nutrir de alguma fonte de energia e, uma vez que estão em vida, estão destinados a seguir seu ciclo de criação-destruição); os desenvolvimentos não são determinados. O desenvolvimento histórico real, porém, tanto no mundo natural quanto social, é indeterminado, aberto às novas combinações, resultando de multi-causalidades. Assim, não existem pré-determinações, causas unilaterais, características inatas que determinem a sociedade ou o homem, pois o determinante do ser é a ação; o que constrói os sistemas são as relações concretas; em suma, a vida social é o resultado de múltiplas interações. Nas palavras de Bakunin:

"as diferenças das raças, dos povos, e mesmo das classes e das famílias, são determinadas por causas geográficas, etnográficas, fisiológicas, econômicas (...), assim como por causas históricas, religiosas, filosóficas, jurídicas, políticas e sociais; e todas estas causas, combinando-se de uma maneira diferente para cada raça, nação e, freqüentemente, para cada província e comuna, para cada classe e família, dão, a cada uma, uma fisionomia à parte, isto é, um tipo fisiológico diferente, uma soma de predisposições e de capacidades particulares – independente da vontade dos indivíduos que as compõem e que são completamente seus produtos". (Id,

pp. 117-118).

Fica explícito que ao contrário do materialismo marxista, que tem por base a determinação em última instância da infra-estrutura econômica sobre a superestrutura jurídico-político-ideológica, o materialismo bakuninista pressupõe múltiplas determinações, multi-causalidades que se combinam numa interação dialética de ações e reações ininterruptas. Portanto, enquanto para o marxismo "o modo de produção da vida material determina o processo geral de vida social, política e espiritual"[6], o bakuninismo considera que "a ação e a reação incessantemente do todo sobre cada ponto e de cada ponto sobre o todo constituem a vida" (Id, p. 62). Trata-se de uma percepção de totalidade. Outro exemplo permite elucidar as diferenças entre o materialismo sociológico bakuninista do materialismo histórico marxista: a noção de classe social. O marxismo identifica as seguintes classes do "modo de produção" capitalista: "os proprietários de simples força de trabalho, os de capital e os de terra, cujas respectivas fontes de receita são o salário, o lucro e a renda fundiária (...)" (Marx, O capital, capítulo LII, tomo III). Portanto, a identificação e a definição das classes é econômica. Em Bakunin, a identificação e definição das classes sociais não se limita à economia, pois a classe burguesa constitui um "corpo político e social, economicamente separado da classe operária" (Bakunin, O socialismo libertário, p. 16). Fica nítido na perspectiva bakuninista a presença da visão de totalidade na diferenciação das classes e a multideterminação das mesmas, no caso específico, de três aspectos determinantes: político, social e econômico.

Confrontando sua teoria social com seu projeto político, entende-se melhor a defesa incondicional da igualdade política e econômica nos textos políticos de Mikhail Bakunin: "Impossibilidade da liberdade política sem igualdade política. Impossibilidade desta, sem igualdade econômica e social" (Bakunin, O Programa da Fraternidade). É fácil a conclusão de que a teoria científica bakuninista, a visão da totalidade e a percepção da multi-determinação, encontra-se indissociável do projeto político da revolução social capaz de destruir o Estado e o Capital, e de construir uma sociedade socialista, isto é, um sociedade que garanta a igualdade política e econômica.

Resumidamente, o materialismo sociológico possui as seguintes características: 1) opõe-se a todas as formas de idealismo/teologismo; 2) tem por base o naturalismo como refutação do criacionismo; 3) entende a ação, a prática concreta, como determinante do ser; 4) pressupõe a multi-causalidade dos fenômenos; 5) compreende a diversidade da vida como resultado de um processo dialético e ininterrupto de ação e reação. Feitas tais considerações, resta caracteriza o materialismo sociológico de Bakunin enquanto um método de análise científica.

3. O método científico: o materialismo sociológico

Diante da incompetência da religião e da metafísica em compreender a complexidade desse movimento de multi-causalidade que determina a vida social, Bakunin propõe a construção de uma ciência racional para investigar e descobrir as leis que regem o desenvolvimento da sociedade, uma sociologia. Na verdade, como pretendemos demonstrar, bakunin desenvolveu um método de investigação científica que estamos denominando materialismo sociológico.

Cabe ressaltar que seu projeto científico está diretamente relacionado com sua prática política, pois ao definir a ciência racional afirma: "A filosofia racional ou ciência universal não procede aristocraticamente, nem autoritariamente como a falecida metafísica. (...) A filosofia racional é uma ciência democrática. Organiza-se de baixo para cima livremente, e tem por fundamento único a experiência". (Bakunin, Federalismo, socialismo e anti-teologismo, p. 44). Portanto, Bakunin defende a ciência, mas condena o cientificismo positivista, pois este transforma a ciência num instrumento autoritário. O bakuninismo não considera a ciência como portadora de "dogmas absolutos", pois isso seria re-editar o teologismo. Bakunin enxerga com muita propriedade os limites da ciência:

"A idéia é sempre uma abstração e por isso mesmo, de alguma forma, uma negação da vida real. A ciência só pode compreender e dominar os fatos reais em seu sentido geral, em suas relações, em suas leis; numa palavra, o que é permanente em suas informações contínuas, mas jamais seu lado material, individual, por assim dizer, palpitante de realidade e de vida, e por isso mesmo, fugitivo e inapreensível. A ciência compreende o pensamento da realidade, não a realidade em si mesma; o pensamento da vida e não a vida". (Bakunin, Manuscrito "Deus e o Estado").

E não se trata apenas de uma crítica puramente acadêmica, pois Bakunin condena a perspectiva política do positivismo que transforma a ciência em ideologia, ou seja, os positivistas que entendem que a ciência tem um fim em si mesmo como se fosse uma divindade. Portanto, Mikhail Bakunin estabelece uma separação rígida entre a teoria anarquista e o positivismo:

"Nós, revolucionários-anarquistas, defensores da instrução geral do povo, de sua emancipação e do mais amplo desenvolvimento da vida social e, por isso mesmo, inimigos do Estado e de toda gestão estatista, afirmamos, ao contrário dos metafísicos, positivistas, eruditos ou não, prostrados aos pés da deusa ciência, que a vida natural e social sempre precede o pensamento, que é apenas uma função, mas nunca o resultado (...)". (Bakunin, Estatismo e Anarquia, p. 167).

É munido dessa crítica ao cientificismo que Bakunin, nas páginas de sua obra Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, sobre e mundo real e sobre o homem, explicita o método de sua sociologia.

O método bakuninista tem por base o materialismo sociológico e a dialética, tal qual expostos anteriormente, isto é, a concepção de que a ação determina o ser, da mesma forma que a vida é um processo de ação-reação permanente do todo sobre cada parte e de cada parte sobre o todo, possuindo multi-causalidades. Portanto, é sobre esse processo dinâmico e complexo que a investigação científica deve se debruçar, objetivando "descubrir, coordinar y comprender las propiedades, o los modos de acción o las leyes de todas las cosas existentes en el mundo real" (Bakunin, Considerações filosóficas).

Os elementos principais que compõem o método bakuninista podem ser resumidos em cinco características: 1) experimental - procede pela observação e verificação direta; 2) multifocal - procura a pluralidade

de perspectivas acerca de um determinado tema; 3) comparativo – contrapõe, pela análise e síntese, os diferentes focos de análise; 4) crítico – nega as teses ou hipóteses pelo contraste destas com novas experiências; 5) compreensivo – estabelece as relações, direta e indiretas, entre efeitos e causas que compõem os modos de ação/transformação/reprodução, as regras pelas quais um fenômeno acontece e se repete.

Bakunin entende que o processo de investigação científica é baseado na noção de experiência coletiva,

"Pero el hombre no tiene otro medio para asegurarse de la realidad cierta de una cosa, de un fenómeno o de un hecho, que el de haberlos realmente encontrado, constatado, reconocido en su integridad propia, sin ninguna mezcla de fantasías, de supuestos y de adjudicaciones del espíritu humano. La experiencia se convierte, pues, en la base de la ciencia. No se trata aquí de la experiencia de un solo hombre. Ningún hombre, por inteligente, por curioso que sea, por felizmente dotado que esté, desde todos los puntos de vista, puede haberlo visto todo, encontrado todo, experimentado todo por sí propio. Si la ciencia de cada uno debiera limitarse a sus propias experiencias personales, habría tantas ciencias como hombres y toda ciencia moriría con cada hombre. No habría ciencia. La ciencia tiene, pues, por base la experiencia colectiva, no sólo de todos los hombres contemporáneos, sino también de todas las generaciones pasadas. Pero no admite ningún testimonio sin crítica. Antes de aceptar el testimonio, sea de un contemporáneo, sea de un hombre que no existe ya, por poco que me atenga a no equivocarme, debo inquirir, primeramente, sobre el carácter y la naturaleza, tanto como sobre el estado de espíritu de ese hombre, de su método". (Id).

Diante da pluralidade de combinações, do movimento contínuo das ações e reações e da multi-causalidade dos fenômenos sociais, somente o acúmulo histórico e coletivo da investigação científica é capaz de traçar as respostas de nossas inquietações. Sendo assim o método bakuninista é pautado no pressuposto de que a realidade é uma totalidade material (compreendida aqui como o conjunto das ações e reações de todos os fatores reais, físico-químicos, biológicos e sociais), o que faz com que a sociedade seja o centro do processo de ação e reação incessante sobre a natureza, sobre os indivíduos que a compõem e sobre si mesma, dito de outra maneira, a sociedade é o motor da transformação do mundo material. O pressuposto de toda análise é a experiência concreta, sendo que a ação, a consciência, as idéias são, simultaneamente, produto e produtoras de novas experiências.

Este método é composto também por seus princípios ou elementos internos, que assumidos ou reconhecidos como base, podem e devem ser empregados para a análise da realidade social e histórica, para a confrontação com a "massa de experiências e acontecimentos" passados e presentes que constituem a própria sociedade. Desse modo, a sociedade e os homens são o resultado da interação da totalidade dos fatores sociais e históricos, em diferentes combinações numa perpétua série de ações e reações, por isso, pode-se afirmar que

Pierre-Jospeh Proudhon: Bakunin buscou nele a idéia da anarquia e as teses acerca da relação entre federalismo e socialismo.

"o homem não criou a sociedade, nasceu nela. Não nasceu livre, mas acorrentado, produto de um meio social particular criado por uma longa série de influências passadas, por desenvolvimentos e fatos históricos. Está marcado pela região, o clima, o tipo étnico, a classe a que pertence, às condições econômicas e políticas da vida social, e finalmente, pelo local, cidade ou aldeia, pela casa, pela família e vizinhança em que nasceu." (Bakunin, 1976, p. 13).

A discussão aqui realizada nos permite concluir que o bakuninismo constitui uma teoria revolucionária, que compreende uma prática política, uma filosofia política e um método de investigação científica.. Portanto, sendo a teoria dialeticamente ligada à ideologia/práxis revolucionária, uma das tarefas fundamentais dos revolucionários ao assumirem o bakuninismo como teoria, é a sua instrumentalização na interpretação e transformação revolucionária da sociedade.

____

Notas:

[1] *Os* hegelianos de esquerda *ou* jovens hegelianos *eram intérpretes de Hegel que defendiam uma nova sociedade que superasse aquela em que viviam. Entre eles estavam Marx, Bauer, Ruge, Feuerbach e Stirner.*

[2] *Os povos eslavos são originários da Rússia ocidental e a partir do século VII ocuparam regiões da Germânia e se estenderam pelos Balcãs. Dividem-se em três grandes grupos tribais: os orientais (russos, brancos e ucranianos), os ocidentais (poloneses, pomerânios, sorabos, tchecos e eslovacos) e os meridionais (eslovênios, croatas, sérvios e búlgaros). Seu posicionamento político significava inserção num movimento republicano anti-colonialista.*

[4] *Sobre sua militância na AIT e sobre sua interpretação da* Comuna de Paris *veja os artigos "Uma Teoria do Anti-Estado: A Comuna de Paris e a Organização Política Socialista" e "Bakuninismo na Primeira Internacional dos Trabalhadores", ambos nesta mesma edição.*

[5] *É importante lembrar que Bakunin não defende o "darwinismo social", mesmo porque essa teoria burguesa só foi criada no final do século XIX.*

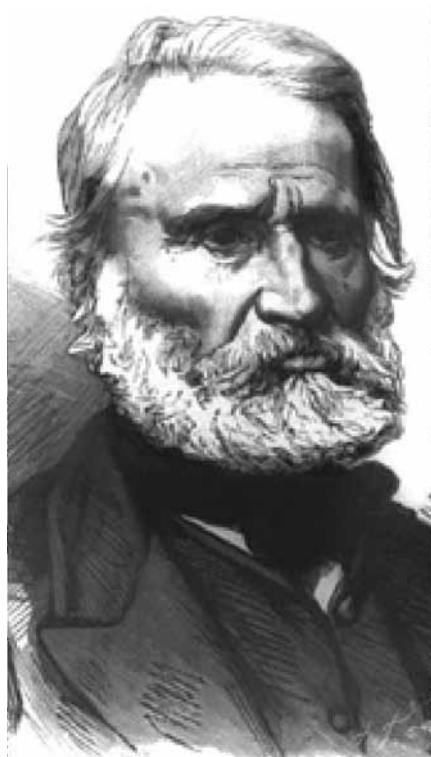
[6] *Marx, Karl.* Prefácio - Para a crítica da economia política. *in: Marx,* Os pensadores, *São Paulo, Nova Cultural, 1996, p. 52.*

Uma Teoria do Anti-Estado
A Comuna de Paris e a Organização Política Socialista

Este texto irá discutir uma problemática fundamental: o programa revolucionário anarquista e a teoria que lhe serve de sustentação. A divisão do movimento socialista revolucionário entre as vertentes **comunista** e **anarquista** legou um debate acerca da definição dos objetivos, imediatos e históricos, e também acerca da estratégia de construção da sociedade sem-classes e sem-estado.

Esta diferença de legados marcou profundamente a história do século XX. A teoria **comunista**[1] , desenvolvida pelo marxismo até suas últimas conseqüências, defendia que a construção do socialismo exigia o **Estado**; a teoria **anarquista**, o bakuninismo, se pautava na negação do Estado e na defesa de uma nova forma de organização política, que iremos denominar pelo conceito de **anti-Estado.** As experiências do movimento operário e das revoluções do século XX também acrescentaram importantes teorias sobre o desenvolvimento da revolução e sobre seu programa, como a teoria das revoluções em etapas (revolução democrático-burguesa), a teoria da "revolução permanente" (Trotski) e a teoria da revolução de "Nova Democracia" (Mao Tsé-Tung).

Para compreender a diferença de teorias e estratégias práticas é preciso analisar os debates existentes. Um dos pilares de construção dos modelos políticos, anarquista e comunista, foi fornecido por um dos principais acontecimentos da experiência revolucionária: a **Comuna de Paris**. É pela compreensão das diferentes análises deste evento – e de toda sua repercussão histórica – que poderemos chegar a uma definição mais clara do programa revolucionário bakuninista e de sua fundamentação teórica.

Foi pela apropriação do **modelo político** da "**Comuna de Paris"** que se iniciou a construção do socialismo na Rússia em 1917 e foi pelo abandono dos seus postulados fundamentais que se pode explicar, em parte, a burocratização seguida pela **contra-revolução stalinista (1924-1953)** e pela **restauração burguesa (1985-1991)**. A incompreensão dos limites da experiência da Comuna de Paris também levou a impasses no momento de eclosão das situações revolucionárias. Este texto visa trazer elementos para tal reflexão.

Blanqui - líder do republicanismo revolucionário francês

1 – A Comuna de Paris no Pensamento Revolucionário.

O que foi a "Comuna de Paris"? A Comuna de Paris foi uma experiência de auto-governo, surgida de uma insurreição popular, ocorrida em março de 1871, durante a Guerra Franco-Prussiana. É necessária uma rápida contextualização histórica: 1) a França era então governada por Luis Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, e seu regime político era uma monarquia imperial; 2) a Alemanha estava em processo de unificação política e passava a disputar a hegemonia na Europa com Inglaterra e França; 3) os alemães estavam vencendo a Guerra contra a França, sitiando a cidade de Paris, e o povo francês estava agora ameaçado pela opressão externa, que substituiria a opressão interna da monarquia 4) o movimento operário na França estava consolidando sua organização política e sua consciência de classe, através da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Estava mobilizado para a luta reivindicativa e começava a tomar parte nas questões da guerra.

Na Guerra entre França e Alemanha, Bismarck, chanceler alemão, prendeu Luis Bonaparte. A oposição se agita; os opositores burgueses proclamam a república em 4 de setembro de 1870, assumindo um **Governo Provisório**. Entretanto, além da oposição burguesa, existia uma forte oposição operária e popular. O choque entre estas duas oposições no interior da França é que precipitou a eclosão da **Comuna de Paris**.

A insurreição começa em 1871, quando o Governo Provisório dá uma ordem de desarmar o povo da cidade de Paris. A Guarda Nacional, instituição legada pela Revolução de 1789 e que materializava a idéia do "povo em armas", se rebelou. Os Guardas prendem os generais Lecomte e Thomas e os fuzilam. Começa a Insurreição da Comuna de Paris: um ato de rebelião, em favor da resistên-

cia popular frente a uma eminente ocupação estrangeira. O que acontece, na seqüência, é que a Cidade de Paris, capital da República, cai na mão da Guarda Nacional e das tendências radicais do movimento operário e popular. O Governo Provisório se vê obrigado a transferir sua sede para Versalhes. Cria-se uma dualidade de poder: um poder republicano e burguês, de um lado; de outro, um poder "comunardo", **operário-popular**[2].

Karl Marx e Mikhail Bakunin atribuíram uma importância decisiva à Comuna de Paris. Produziram livros e análises sobre ela. Marx, no livro "A Guerra civil em França", lança sua avaliação da experiência da **Comuna**. Bakunin lançou sua interpretação, especialmente, no artigo "A Comuna de Paris e a noção de Estado". Mas a **Comuna** tornaria-se central para a história do século XX pelo resgate político teórico que Lênin realiza nos anos 1910-1917. Alguns artigos de Lênin são fundamentais, tais como "Em Memória da Comuna (1911)" e, principalmente, "Teses de Abril" e "O Estado e a Revolução" (1917). Desta maneira, a Comuna de Paris ocupa um lugar central no pensamento e imaginário revolucionário, sendo o modelo político estruturante da Revolução Russa de Outubro de 1917. Iremos agora analisar as diferentes análises.

2 - Marx, Engels, Lênin e a tradição comunista/social-democrata.

Primeiramente, devemos perceber que a derrota da Comuna em 1871 não significou seu esquecimento. Na Rússia, a Comuna de Paris teria uma presença constante no imaginário do partido social-democrata. E aqui é importante indicar um fato importante; dentro da tradição social-democrata, existem três linhas de leitura/interpretação da Comuna de Paris: 1) a de Marx; 2) a de Engels; 3) a de Lênin. Existem "três" definições, não excludentes, mas distintas, do que foi a Comuna de Paris, e aqui está um ponto fundamental da interpretação correta da Comuna.

Marx ao analisar a "**Comuna de Paris**", classifica-a como um "Auto-Governo dos Produtores". Diversos autores consideram o Marx de "A Guerra Civil em França", não sem razão, como um Marx "anti-estatista":

Mas a classe operária não se pode contentar com tomar o aparelho de Estado tal como ele é e de o pôr a funcionar por sua própria conta. (...) O poder centralizado do Estado, com os seus órgãos presentes por toda a parte: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura, órgãos moldados segundo um plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho, data da época da monarquia absoluta, em que servia à sociedade burguesa nascente de arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo. (...) Quanto à força repressiva do governo outrora centralizado, o exército, a polícia política, a burocracia, criada por Napoleão em 1798, retomada depois com prontidão por cada novo governo e utilizada por ele contra os seus adversários, era justamente esta força que devia ser destruída por toda a parte, como o fora já em Paris. (Karl Marx, A Guerra Civil em França).

Na sua análise da Comuna, Marx dá uma guinada nas suas formulações, colocando uma ênfase muito grande na afirmação da necessidade de "destruição do Estado"; mas ele não chega a estabelecer uma caracterização definitiva do que é o **Estado**. E esta controversa guinada "anti-estatista" de Marx pode ser interpretada por diversos ângulos[3].

Será Engels que, após a morte de Marx, ao fazer uma introdução a uma reedição do livro "A Guerra Civil em França", irá dar uma re-interpretação que se sobreporá à leitura realizada por Marx, e que será tomada por Lenin. Engels afirma:

"En realidad, el Estado no es más que una máquina para la opresión de una clase por otra, lo mismo en la República democrática que bajo la monarquía; y en el mejor de los casos, un mal que el proletariado hereda luego que triunfa en su lucha por la dominación de clase. El proletariado victorioso, tal como hizo la Comuna, no podrá por menos de amputar inmediatamente los peores lados de este mal, hasta que una generación futura, educada en condiciones sociales nuevas y libres, pueda deshacerse de todo ese trasto viejo del Estado. Ultimamente las palabras "dictadura del proletariado" han vuelto a sumir en santo terror al filisteo socialdemócrata. Pues bien, caballeros, queréis saber qué faz presenta esta dictadura? Mirad a la Comuna de París: he ahí la dictadura del proletariado!" (F. Engels 18 de marzo de 1891).

Neste sentido, temos um deslocamento teórico importantíssimo. Ao denominar a Comuna de "**Ditadura do Proletariado**", Engels está inserindo pela primeira vez a "Comuna" numa caracterização teórico-política com a qual a Comuna nunca foi compatível[4]. Ao definir a Comuna como "Ditadura do Proletariado", Engels está associando a Comuna ao esquema teórico comunista, significando, ao mesmo tempo, que a Comuna é um tipo de **Estado** e uma forma

Gravura: "A Comuna de Paris" - Batalhões Operários em frente ao Quartel General da Comuna

"transitória" de poder, forma esta que deve desaparecer junto com as classes sociais. Aqui se abre todo um campo complexo de luta entre classificações contraditórias, pois a interpretação de Marx jamais definiu a Comuna de tal maneira. Daí surgirem duas linhas de interpretação dentro do marxismo, uma que se tornará majoritária, desenvolvida por Lênin, a partir da re-interpretação dos escritos de Marx feita por Engels, e outra minoritária, reivindicada pelos comunistas de conselhos[5].

Lênin irá adotar a interpretação e a definição de Estado de Engels e também associará a Comuna de Paris à "Ditadura do Proletariado". Lênin reivindica a Comuna em dois escritos fundamentais: "As Teses de Abril" (1917) e em o "Estado e a Revolução (1917)". O primeiro escrito apresenta e defende uma "inovação programática" dentro do partido social-democrata da Rússia, já que vai colocar de maneira clara a necessidade de uma revolução "socialista", como uma etapa imediatamente posterior à revolução "democrático-burguesa" [6]. O segundo escrito é uma defesa da "Fase de Transição" do Socialismo para o Comunismo e uma defesa "do Estado" e da idéia de Estado. Lênin combate em duas frentes: o oportunismo marxista de Kautsky, e o "anarquismo", ou melhor, o anarco-comunismo russo[7]. Neste sentido, ele desenvolve uma teoria com duas afirmações distintas: defendendo a destruição do Estado e defendendo o Estado:

"A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo 'definhamento' ". (Lênin, O Estado e a Revolução, cap. I.-4).

"A distinção entre os marxistas e os anarquistas consiste nisto: 1.º) os marxistas, embora propondo-se a destruição completa do Estado, não a julgam realizável senão depois da destruição das classes pela revolução socialista, como resultado do advento do socialismo, terminando na extinção do Estado; os anarquistas querem a supressão completa do Estado, de um dia para o outro, sem compreender as condições que a tornam possível (...)" (Lênin, O Estado e a Revolução, cap. VI.-3).

É interessante notar que as acusações que Lênin faz ao "anarquismo" são do mesmo gênero das que o "oportunismo" social-democrata faz à Lênin (Lênin é acusado de querer a "destruição do Estado" de um dia para o outro e de querer passar da "revolução democrático-burguesa à socialista imediatamente"). Se é possível a destruição do Estado burguês, que nada mais é que uma manifestação histórica, particular, do Estado em geral, porque dizer que não é possível a destruição do Estado em geral, se o Estado em geral não é senão a combinação dos traços estruturais das suas manifestações particulares? Aqui se coloca a questão da caracterização do Estado.

O que é o Estado? É possível um "Estado Proletário"? Da primeira resposta deriva a segunda. O marxismo não responde de maneira satisfatória à primeira pergunta, e daí as contradições e oscilações nas respostas para a segunda. São estas contradições que serão aproveitadas pela "**burocracia**" para matar a revolução socialista na Rússia e abortar o processo da revolução proletária em escala mundial.

3 – Bakunin e a Comuna de Paris: a experiência da Negação do Estado.

A interpretação que Bakunin faz da Comuna de Paris, desde o princípio, considera a Comuna de Paris como a "Negação do Estado". Desta maneira, a análise de Bakunin se aproxima em diversos pontos da análise de Marx. Este um é um fato historicamente negligenciado. Nunca os dois estiveram tão próximos em termos de posicionamentos teóricos. Mas, por outro lado, é neste período que a ruptura política entre os dois militantes se daria[8]. Mas enquanto Marx teve que fazer uma "emenda substitutiva" ao **Manifesto Comunista** em razão da Comuna de Paris, a Comuna e o Federalismo Revolucionário que ela realizou já se encontravam plenamente expressos no **Catecismo Revolucionário**, documento programático da organização secreta fundada por Bakunin em 1864[9].

No "Prefácio à Segunda Edição do Império Knuto-Germânico" (1870-1871), Bakunin apresenta os pontos de distinção entre comunismo e anarquismo da seguinte maneira:

"Os comunistas acreditam dever organizar as forças operárias para apoderar-se da força política dos Estados. Os socialistas revolucionários se organizam tendo em conta a destruição, ou se quiser uma palavra mais cortês, tendo em conta a liquidação dos Estados. (...) O socialismo revolucionário acaba de tentar uma primeira manifestação brilhante e prática na Comuna de Paris. Sou um partidário da Comuna de Paris, que por ter sido massacrada, sufocada em sangue pelos carrascos da reação monárquica e clerical, nem por isso deixou de fazer-se mais vivaz, mais poderosa na imaginação e no coração do proletariado da Europa; sou um partidário dela sobretudo porque foi uma negação audaz, bem pronunciada, do Estado." (Bakunin, 1978, p. 188).

Desta maneira, para Bakunin, a **Comuna** se apresenta incontestavelmente como a "negação do Estado". Bakunin sabia que a Comuna tinha sido composta majoritariamente por jacobinos e que a ala socialista (os chamados "internacionalistas") era minoritária. Mas mesmo assim ele viu nas suas instituições, na sua mecânica popular e revolucionária, a confirmação das suas teses e de seu programa. Mas esta identificação não se dá por meios artificiais. Vejamos o documento "Catecismo Nacional", elaborado como programa para a organização secreta de Bakunin, em 1865-1866:

"Que é absolutamente necessário para qualquer país desejar reunir as federações livres dos povos para substituir suas organizações centralizadas, burocráticas e militares por uma organização federalista baseada apenas na absoluta liberdade e autonomia das regiões, províncias, comunas, associações e indivíduos. Esta federação operará com funcionários eleitos responsáveis diretamente junto ao povo; Ela não será uma nação organizada de cima para baixo, ou do centro para a circunferência. Rejeitando os princípios da unidade imposta e arregimentada, ela será dirigida de baixo para cima, da circunferência para o centro, de acordo com os princípios da livre federação. Seus indivíduos livres formarão associações voluntárias, suas associações formarão comunas

autônomas, suas comunas formarão províncias autônomas, suas províncias formarão as regiões, e as regiões irão federar-se livremente em países que, por sua vez, criarão mais cedo ou mais tarde a universal federação mundial." (Bakunin, Catecismo Nacional).

É interessante notar a presença do conceito de "**Comuna**", enquanto unidade política base neste programa, e também a ênfase no processo federativo, concebendo a organização política de baixo para cima. Curiosamente, a descrição que Marx realizará anos depois da Comuna de Paris parece ser uma paráfrase de Bakunin, não porque ele tivesse "copiado" Bakunin, mas pelo fato de que a realidade que ele veio a descrever foi, efetivamente, a própria manifestação deste fato[10].

Infelizmente, Bakunin não nos legou, pelo menos não nos seus escritos por nós conhecidos, uma análise "interna" da Comuna de Paris. Ele apenas marcou seu posicionamento político e fez um enquadramento teórico geral: a Comuna era a primeira experiência do socialismo revolucionário, a primeira negação histórica do Estado. Bakunin estaria correto em classificar a Comuna de Paris como uma "negação do Estado"?

4 – A Luta de Classificações: Estado ou Anti-Estado?

Quem tem razão na classificação da Comuna de Paris? Bakunin, Marx, Engels, Lênin? Devemos, em primeiro lugar, lembrar que a análise de Marx, consagrada no texto "A Guerra Civil em França", corrobora a afirmação e a tese de Bakunin, independentemente de suas motivações e posteriores considerações acerca do Estado. Especificamente, na análise de Marx, todas as afirmações caminham na sinalização de que a Comuna tinha representado a destruição do Estado. Desta maneira se abre uma "brecha" dentro do pensamento marxista acerca da questão do Estado e da história da Comuna de Paris[11].

Depois, Engels introduziria uma abordagem nova e até certo ponto contrária à análise de Marx, ao classificar a Comuna como "a Ditadura do Proletariado". Lênin, por sua vez, retomaria esta leitura. Assim, podemos dizer que existem três chaves de interpretação da Comuna de Paris: 1º) a que parte de Bakunin e considera a Comuna como um exemplo histórico de Destruição do Estado; 2º) a que parte de Marx e chega a uma conclusão similar (especialmente a partir do texto "A Guerra Civil em França"), ou seja, de que a Comuna seria um exemplo histórico de Destruição do Estado e que a "Ditadura do Proletariado" seria sinônimo disso[12]; 3º) a que parte da interpretação de Engels, e, depois, da que Lênin fez de Marx e Engels, que considera a Comuna de Paris como um "Tipo de Estado". Esta última chave interpretativa é a que tem predominado e a ela estão associadas algumas das causas da burocratização das revoluções e de sua degeneração.

Por isso é tão importante discutirmos se a Comuna de Paris era um Estado ou não. Porque é da correta caracterização teórica desta experiência histórica que deriva o correto programa e estratégia da Revolução Social. Para isso, portanto, precisamos ver as definições de Estado empregadas por marxistas e bakuninistas. Lênin, em "O Estado e a Revolução", por exemplo, afirma:

"Eis, expressa com toda a clareza, a idéia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliável. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis." (Lênin, O Estado e a Revolução, cap I.-1).

Na caracterização marxista do Estado, utilizada por Lênin, vemos o seguinte: 1º) o Estado é um produto da contradição entre as classes sociais; 2º) o Estado é um instrumento de dominação de uma classe sobre outra; 3º) o Estado é a repressão e violência (ver Lênin, "O Estado e a Revolução", cap I-3). Na verdade, esta caracterização não está em contradição com a definição do Estado criada por Bakunin, como veremos abaixo. Mas ela contém dois movimentos "reducionistas", que, do ponto de vista teórico, irão secundarizar o papel do Estado, ao mesmo tempo em que irão levar a uma supervalorização do Estado na prática política dos social-democratas e comunistas.

O primeiro é o reducionismo do Estado a um "efeito" da economia: quer dizer, o "Estado é um produto da contradição de classes" e desaparece somente "por efeito" do desaparecimento destas. Segundo, é a redução do Estado à violência política, e da "violência política" ao Estado. O argumento é relativamente tautológico: sendo o Estado a violência, existindo contradição de classes (interesses irreconciliáveis), o Estado se faz necessário. O leninismo, que é uma das transcrições históricas mais importantes da teoria de Marx, apresenta essas principais características.

Entretanto, devemos indicar que na teoria marxista existem diversas definições acerca do Estado. Mas esta definição, historicamente central (já que foi sobre ela que se edificou a experiência da Revolução Russa), contrasta com as definições, esparsas, porém mais detalhadas e específicas, que Bakunin dá acerca do Estado. É com base na definição **bakuninista** que iremos contrapor a definição acima indicada.

"No fundo, a conquista não somente é a origem, é também o fim supremo de todos os Estados Grandes ou Pequenos, poderosos ou débeis, despóticos ou liberais, monárquicos ou aristocráticos, democráticos e socialistas também, supondo que o ideal dos socialistas alemães, o de um grande Estado comunista, se realize alguma vez. Que ela foi o ponto de partida de todos os Estados, antigos e modernos, não poderá ser posto em dúvida por ninguém, posto que cada página da historia universal o prova suficientemente. Ninguém negará tão pouco que os grandes Estados actuais têm por objeto, mais ou menos confesso, a conquista.(...) é uma tendência fatalmente inerente a todo Estado, qualquer que seja sua extensão, sua debilidade ou sua força, porque é uma necesidade de sua natureza. O que é o Estado senão a organização do poder? Mas está na natureza de todo

poder a impossibilidade de suportar um superior ou um igual, pois o poder não tem outro objeto que a dominação, e a dominação não é real más que quando lhe está submetido tudo o que a obstaculiza; nenhum poder tolera outro mais que quando está obrigado a isso, quer dizer, quando se sente impotente para destruí-lo ou derrubá-lo. Somente o fato de um poder igual é uma negação de seu princípio e uma amenaça perpétua contra sua existência; porque é uma manifestação e uma prova de sua impotência. Por consiguinte, entre todos os Estados que existem um proximos aos outros, a guerra é permanente e sua paz não é más que uma trégua." (Bakunin, Fragmento, O princípio do Estado).

Desta maneira, Bakunin especifica uma característica fundamental do Estado que não está presente na definição marxista: 1º) o Estado é, historicamente, o produto da conquista, e seu objetivo é manter, reproduzir e ampliar esta mesma conquista. A conquista é o princípio (no sentido lógico e histórico) e o fim (o objetivo) do Estado. Este elemento é fundamental, porque a característica inerente ao Estado não é "a violência abstrata", mas a violência associada a um tipo de relação social concreta: a **conquista** e a **dominação**. Bakunin adiciona:

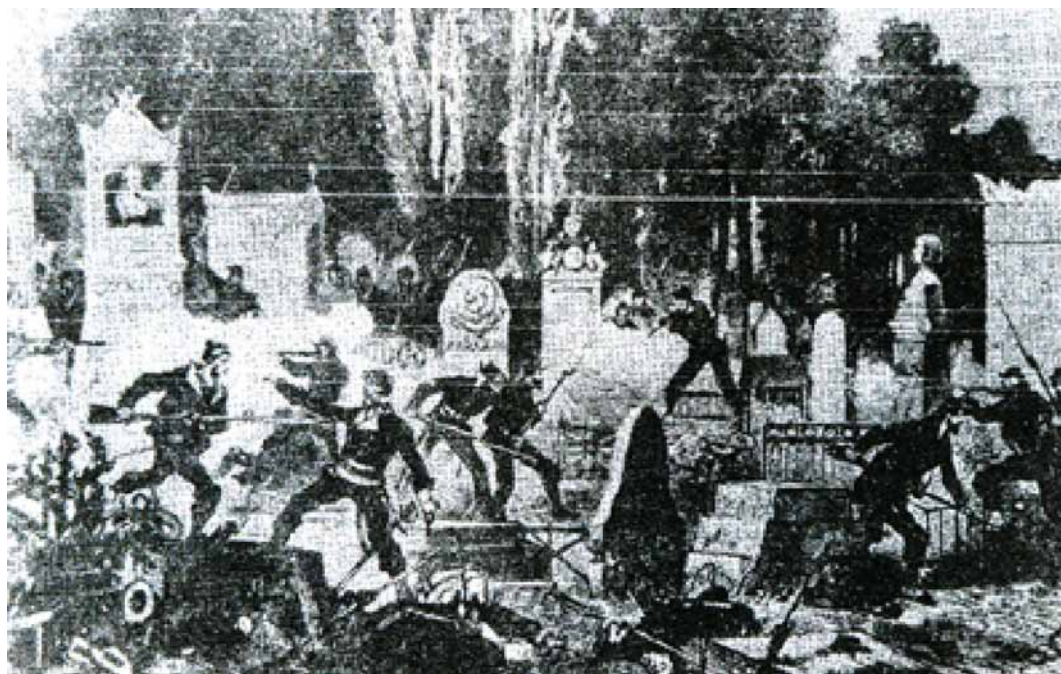
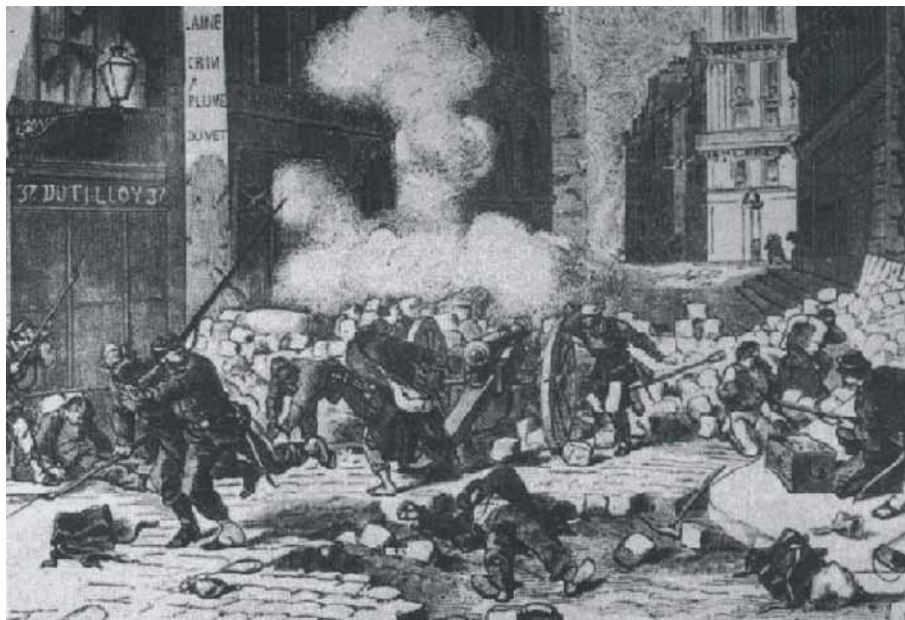
"En efecto, ¿qué vemos en la Historia? Que el Estado ha sido siempre el patrimonio de una clase privilegiada, como la clase sacerdotal, la clase nobiliaria, la clase burguesa; clase burocrática, al fin, porque cuando todas las clases se han aniquilado, el Estado cae o se eleva como una máquina; pero para el bien del Estado es preciso que haya una clase privilegiada cualquiera que se interese por su existencia... (Bakunin, Artigos, "O Patriotismo", 1869)

Estado quer dizer dominação, e toda dominação supõe a subjugação das massas e conseqüentemente sua exploração em proveito de uma minoria governamental qualquer." (Bakunin, Carta ao Jornal Le Liberté, 1872).

Combinado com este elemento da conquista estão ainda outros dois: 2º) o Estado é não somente patrimônio e instrumento de uma classe, mas, quando estas classes se encontram debilitadas, o Estado tende a acondicionar uma classe que zele por sua existência; 3º) o Estado é sempre um instrumento de uma classe minoritária, e sua dominação se exerce sempre sobre as "maiorias".

A caracterização do Estado utilizada por Lênin negligencia estes fatores que são fundamentais. Vejamos então a Comuna de Paris, analisemos suas características internas e em que definição ela melhor se enquadra. 1º) o Estado tem sua origem na **conquista**, a Comuna de Paris teve sua origem numa Conquista? Não. A Comuna tem sua origem numa **Revolta** de uma classe dominada, contra a conquista movida por Estado estrangeiro, e contra o próprio Estado francês. 2º) O Estado, monárquico ou republicano, gera a desigualdade de poder, sua concentração ou centralização. As primeiras e mais importantes medidas da Comuna visaram a desconcentração do poder entre os bairros e distritos (entre os organismos locais e centrais), sua democratização em meio a classe trabalhadora (as decisões eram tomadas de baixo para cima, ou seja, as "maiorias" proletárias controlavam as decisões das "minorias" dirigentes, criou-se uma igualdade temporária, mas radical, entre a situação econômica do proletariado e a situação política[13]. 3º) A Comuna esboçou também a igualdade econômica, ao estabelecer que as funções políticas seriam remuneradas com base no salário de um operário médio. Assim, a Comuna expressa em seus elementos internos a negação completa do princípio do Estado.

A Comuna de Paris não representa assim um "Estado ou Ditadura Proletária", mas sim um **anti-Estado**, visto que sua organização, objetivos e relações, não somente não são estatais, mas sim a negação consciente e deliberada do Estado[14]. Suas instituições são equivalentes, proporcionais, porém contrárias às instituições estatais. Historicamente é fácil comprovar que a Comuna de Paris, em sua organização interna, não pode ser caracterizada como um Estado. O fato de ela expressar a violência organizada de uma classe contra outra não é suficiente para caracterizar a formação de um "Estado", já que o Estado se funda em outros princípios.

A experiência da construção do Socialismo e do Comunismo na URSS revela a importância da correta caracterização do Estado. Os principais indicadores do início da burocratização se dão já no período de 1919-1921, quando se institui as decisões econômicas e políticas nos centros dirigentes, controlados pelo Partido Comunista, e se institui o retorno da "desi-

Gravura: Última batalha da Comuna no Cemitério Pere Achaiese

Gravura: 1871, Barricadas em Paris

gualdade de rendas", já que os dirigentes passaram a ser mais bem remunerados que os operários (são medidas exatamente contrárias àquelas tomadas pela Comuna e defendidas por Lênin em suas "Teses de Abril"). A burocracia, ou mais precisamente, a "**nomenklatura**" se tornou não apenas uma camada dirigente do ponto de vista político, uma "aristocracia operária" com o poder de Estado, mas também uma camada privilegiada do ponto de vista social e econômico. Isto foi um efeito direto da não destruição do Estado, do abandono e/ou da interpretação deturpada das lições da Comuna de Paris. Aquilo que Trotski denominou de "contra-revolução burocrática", que levaria (como efetivamente levou) à restauração burguesa, tem suas origens na teoria do papel do "Estado na Revolução", desenvolvido por Lênin[15].

Ao assumir a correta caracterização da Comuna Paris, vemos que ela foi a primeira experiência, o primeiro esboço, do **anti-Estado.** Esta caracterização pode ser estabelecida tanto a partir de Bakunin quanto a partir de Marx. E, daí, vários pressupostos assumidos pelos partidos social-democratas e comunistas ficam comprometidos: a necessidade inevitável de um estágio "democrático-burguês", que antecede um estágio socialista, que, por sua vez, antecede necessariamente o estágio "comunista" (já que o "comunismo" deveria ser produto da mudança histórica gradual, do desaparecimento do Estado), torna-se, ao contrário, o ponto de partida. Este é o problema que a Comuna coloca de maneira impetuosa. O "etapismo" e a própria estratégia política social-democrata "da conquista do poder político" (do Estado) pela classe operária e da "agitação legal" ficam comprometidos. É desferido um profundo golpe no oportunismo reformista de todos os matizes. Mas estas são discussões que faremos em outra ocasião, já que este texto apenas indica alguns apontamentos.

_____

Notas:

*1 É certo que, atualmente, o termo **comunismo** se confunde com o de **marxismo**, mas não devemos negligenciar que isto é fruto de um processo histórico. O **comunismo** surge como uma doutrina na França no século XIX, e Louis Blanc, político francês, seria seu principal teórico e expoente. Até 1850, permanecia assim. A difusão das idéias comunistas para outros paises, levou à internacionalização da ideologia comunista desenvolvida na França. Somente depois da derrota da Comuna de Paris que o marxismo, com o declínio do movimento operário francês, se apropriaria por completo da designação comunismo.*

2 É importante observar que a Comuna de Paris de 1871, faz parte de um processo muito específico da história francesa. A Comuna de 1871 se apresentava, no discurso e percepção dos revolucionários, como uma espécie de reedição da Comuna de Paris de 1792. Além disso, a própria revolução era a continuidade da Revolução de 1789, que tinha ficado incompleta, por não ter realizado seus objetivos: liberdade, igualdade e fraternidade. As forças políticas e principais instituições, como a Guarda Nacional, tinham se originado no processo de radicais transformações desencadeadas pela revolução de 1789.

3 A interpretação de Bakunin: oportunismo. A interpretação dos conselhistas, como, por exemplo, de A. Pannekoek, da oposição de esquerda da social-democracia alemã, enfatizavam a leitura de Marx pela destruição do Estado de ruptura com o Manifesto Comunista. É interessante notar que Marx e Engels jamais aceitaram reconhecer o papel jogado pelos blanquistas e internacionalistas na construção da Comuna de Paris, no sentido político e econômico. Sempre se viram obrigados a rechaçar a importância destes, de maneira que sua leitura da Comuna sempre careceu de fidelidade histórica.

4 As análises de Marx e de Engels, em outros momentos, apontam a Comuna como uma experiência de destruição do Estado, como constata Lênin: "Engels convida Bebel a deixar de tagarelar a respeito do Estado e a banir completamente do programa a palavra "Estado", para substituí-la pela de "Comuna"; Engels chega a dizer que a Comuna já não é um Estado no sentido próprio da palavra. Ao contrário, Marx fala do "Estado na sociedade comunista futura" parecendo admitir assim a necessidade do Estado, mesmo no regime comunista." (Lênin, O Estado e a Revolução Cap. V- 1).

5 A tendência majoritária interpretaria a Comuna como um "tipo de Estado". A tendência

minoritária enfatizaria a destruição do Estado. Todas as duas leituras encontram fundamentos nos escritos de Marx e Engels.

6 Neste momento a maior parte do partido social-democrata, mencheviques e bolcheviques, inclusive as futuras "principais" lideranças da URSS (Stalin, Bukharin, Zinoniev, Kamenev) defendiam o aprofundamento da revolução democrático-burguesa, e não uma revolução socialista. As "teses de abril" representam assim uma ruptura no programa social-democrata, ou pelo menos no tempo em que se supunha a realização do programa, o que gerou uma série de debates dentro do partido bolchevique. O livro "O Estado e a Revolução" se apresenta como a sistematização da concepção de Lênin, onde é introduzido um outro elemento na sua interpretação da Comuna de Paris e da teoria de transição.

7 Lênin segue os exemplos de Marx e Engels ao falar das idéias anarquistas, tomando idéias que nunca foram enunciadas historicamente por Proudhon e Bakunin. E mais: quando obrigado a reconhecer a presença de proudhonistas e bakuninistas na Comuna, indica que estes estavam lá "contrariando" suas próprias idéias, quando, na verdade – e o próprio Lênin reconhece em outros momentos –, foi Marx quem fez alterações no Manifesto Comunista em conseqüência da Comuna de Paris (?!). Inversamente, quando analisamos o "Catecismo Revolucionário" de Bakunin, programa da sua organização secreta (1866), verificamos a existência da menção às Comunas e a sua "livre-federação". Quer dizer, a história do movimento operário e de suas tendências é completamente desfigurada na narrativa de Lênin, onde fatos e acontecimentos reais deixam de ter importância.

8 É no período entre 1869-1872 que se dará a "cisão" na AIT, que culminará com a "expulsão" de Bakunin, que, na verdade, significa o fim da denominada "Primeira Internacional".

9 Ver o artigo "O Bakuninismo e a Teoria da Organização Política" (UNIPA).

10 Vejamos as palavras de Engels sobre as ações da Comuna, que reproduzem em parte as idéias de Marx: "En todas las proclamas dirigidas a los franceses de las provincias, la Comuna los invitó a formar una federación libre de todas las comunas de Francia con París, una organización nacional que, por vez primera, iba a ser creada realmente por la nación misma. Precisamente el poder opresor del antiguo gobierno centralizado — el ejército, la policía política y la burocracia —, creado por Napoleón en 1798 y que desde entonces había sido heredado por todos los nuevos gobiernos como un instrumento grato y utilizado por ellos contra sus enemigos, era precisamente este poder el que debía ser derrumbado en toda Francia, como había sido derrumbado ya en París." (Engels, Introdução, "A Guerra Civil em França).

11 Esta brecha a respeito da Ditadura do Proletariado e do papel do Estado seria transformada em um verdadeiro abismo em determinados momentos de disputa interna, por exemplo, entre Lênin e Pannekoek.

12** Ver A. Pannekoek, **"As Tarefas dos Conselhos Operários".

13 "A escolha por eleição ou competição dos magistrados e funcionários comunais de todas as ordens, como também o direito permanente de controle e revogação. A absoluta garantia da liberdade individual e da liberdade de consciência. A permanente intervenção dos cidadãos nos assuntos da Comuna pela livre manifestação de suas idéias, a livre defesa dos seus interesses, com garantias dadas para daquelas manifestações pela Comuna que somente é efetivado com a supervisão e proteção do livre e eqüitativo exercício do direito de reunião e propaganda. Paris não quer nada além, como garantia local, uma condição, naturalmente, de encontrar na grande administração central – a delegação das comunas federadas – a realização e a prática dos mesmos princípios." (Manifesto da Comuna de Paris, 19/04/1871).

*14 Isto porque o "não-estado", termo empregado por setores anti-estatistas do marxismo, é vago. Podemos dizer que todas as formas organizativas (uma empresa, uma família), são "não-estados". A Comuna de Paris era uma forma organizativa que se colocava como concorrente, alternativa e contrária ao Estado. Por isso, podemos denominá-la, com melhor definição, de **Anti-Estado**.*

15 Quando Lênin fala de um "Estado Proletário", existe uma contradição que Lênin nunca considerou seriamente, e que se manifestou historicamente na formação das burocracias nos paises socialistas: este Estado necessariamente exercerá a dominação sobre a maioria e será controlado sempre por uma minoria, já que esta é uma característica essencial do Estado. Sendo o proletariado na sociedade capitalista a classe majoritária, a dominação necessariamente se exercerá sobre esta classe; daqui decorre outra contradição na teoria comunista. Se os meios de produção serão centralizados no Estado, e este nunca é um ator neutro, capaz de representar, ou conciliar, os interesses das classes, decorre necessariamente que a centralização dos meios de produção nas mãos do Estado implica sua centralização nas mãos de uma "minoria"; mesmo não sendo uma minoria burguesa, a existência do Estado engendrará, como indicou Bakunin, uma nova camada social interessada na manutenção deste Estado. O que significa, como disse o próprio Lênin, que o proletariado não terá nem liberdade, nem igualdade.

O Bakuninismo e a Teoria da Organização Política

"Trair a Aliança é trair a Revolução."
Mikhail Bakunin

A historiografia sobre o bakuninismo é extremamente deficiente e precária. A maior parte das narrativas foi produzida a partir das perspectivas comunista (baseada na denúncia de Paul Lafargue e Frederick Engels nos anos 1870), liberal ou anarco-comunista, que, por razões diferentes, pecam pela falta de objetividade e reproduziram apenas impressões fragmentárias e "estigmas" acerca do pensamento e prática bakuninista.

Daniel Guérin, que foi ligado aos "comunistas libertários" franceses, por exemplo, reproduz a seguinte afirmação acerca de Bakunin: "Entretanto, parece que a organização projetada permaneceu por um longo período no papel. Como observou Arthur Lehning, estes programas e estatutos traduzem melhor a evolução das idéias de Bakunin que o funcionamento de uma organização[1]". Ou então, como E. H. Carr, que indica o "surgimento da Aliança em 1867 e seu desaparecimento em 1869" (Carr, 1972, p.373). Estes são exemplos dos equívocos historiográficos cometidos. Além disso, existem algumas confusões acerca do "caráter" da organização bakuninista[2].

É interessante que os estudos de Max Netlau, muito conhecidos por Guerin, versam exatamente sobre a "Aliança" na Itália, na Espanha e em outros países da Europa, nos quais, tomando por base uma vasta documentação, demonstra onde e como esta organização anarquista atuou[3]. A cisão na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e a documentação levantada por Paul Lafargue também comprovam a existência da organização anarquista denominada Aliança. O que fica obscuro, mas pretendemos esclarecer é que tipo de organização era a "Aliança", que programa e que estratégia defendia.

A falta de fontes históricas e de pesquisas que não sejam comprometidas em seus métodos e resultados por motivações ideológicas, dificulta esta análise histórica. Faremos aqui o possível para contornar esta situação de acordo com as fontes disponíveis. Mas acrescente-se que a confusão e o desconhecimento são maiores em razão da falta de rigor histórico e sociológico no tratamento das fontes disponíveis do que pela simples escassez destas. Assim, tentaremos remontar a história da organização anarquista criada por iniciativa de Bakunin e determinar suas bases teóricas.

Para entendermos o tipo de organização política e a concepção de revolução defendida por Mikhail Bakunin, temos de levar em consideração sua teoria geral da realidade, sua filosofia política e sua visão da economia, assim como o contexto histórico dos anos 1860[4].

O contexto histórico do surgimento do anarquismo e da sua teoria da organização política é o da consolidação dos Estados-Nacionais burgueses (unificação da Itália e Alemanha), do início da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista e das revoluções "republicano-democráticas" (1848-1870), nas quais se insere como desdobramento socialista, a Comuna de Paris (1871).

A "Gênese" da Aliança

A história da organização anarquista está associada à confluência de três fatores: 1) a existência de uma tendência teórica anarquista, inspirada nas idéias de Proudhon, no movimento operário francês, principal centro do movimento na Europa até 1860; 2) as dissidências "socialistas" nas tendências republicanas, especialmente na Itália, durante as guerras de unificação; 3) as guerras nacionais e regionais de unificação, contra as monarquias, que desestabilizavam a Europa[5], o que permite dizer que existia em diversos países da Europa uma **situação pré-revolucionária**; 4) a ação política de Mikhail Bakunin depois de sua fuga da Sibéria em 1861, que, operando sobre estas condições objetivas, tentou traçar uma teoria, uma estratégia e um programa que deveriam ser realizados por uma **organização revolucionária**.

Bakunin se instalou na Itália em 1864, na cidade de Florença, e, a partir dali, contatou Garibaldi e alguns revolucionários nacionalistas italianos (ver Carr, 1972, p. 329). Neste seu período na Itália, ele desenvolveu um profundo debate com Mazzini, um dos líderes do movimento nacionalista republicano (Unidade de Ação Radical), sendo que alguns dos militantes que se uniriam na organização secreta anarquista seriam dissidentes do republicanismo italiano, como Giusepe Fanelli, que ficou conhecido como fundador da Internacional na Espanha. Bakunin visitaria a Inglaterra, França, Suécia, Polônia, Itália (onde se estabeleceria) – e deste trabalho de visitas e através das cartas e correspondências constituiria uma rede de militantes, operários socialistas e republicanos radicais dissidentes que seriam a base da formação da sua organização[6].

Esta organização seria fundada em 1864 com o nome de "**Fraternidade Internacional**" ou "**Sociedade Internacional Revolucionária**", e atuaria em dois campos: o do republicanismo radical europeu, através da participação nos Congressos da "Liga da Paz e da Liberdade" (1867 e 1868), e no movimento proletário, que, por questões teóricas e ideológicas, se constituía no

seu principal espaço de atuação (daí a adesão à AIT em 1867-68). As bases da Fraternidade são os textos "**Programa da Fraternidade Internacional**", "**Catecismo Nacional**" e "**Catecismo Revolucionário**" (1866)[7], que formulam os princípios ideológicos, programáticos e estratégicos da organização anarquista.

Por ocasião do II Congresso da Liga da Paz e da Liberdade, Mikhail Bakunin apresentou o texto **"Federalismo, Socialismo e Anti-teologismo"**, que se apresenta como tese de aprofundamento teórico dos princípios organizativos, programáticos, etc, já elaborados de forma sumária, nos "Catecismos Revolucionários". É o momento em que se funda então a "**Aliança da Democracia Socialista**", organização pública, que pretendia aderir à Internacional, como sua seção[8]. Esta organização se dissolveria em 1869, depois que o Conselho Geral recusou a forma de sua adesão, e suas seções se transformariam em seções da AIT.

Max Netlau, ao analisar alguns manuscritos de Bakunin, afirma o seguinte: "... a Aliança é chamada de ´Aliança dos Socialistas Revolucionários´ que existe desde 1864, é verdade, mas que começou a estabelecer-se na Internacional somente depois de 1868, uma passagem que nos dá a data autêntica da origem da sociedade secreta de Bakunin, o ano de 1864, quando se estabeleceu em Florença..." (Netlau, 1977, p. 114).

Ao que parece, podemos traçar a evolução da organização anarquista da seguinte maneira: em 1864, é fundada a Fraternidade Internacional na Itália, com socialistas e republicanos dissidentes, ex-seguidores de Mazzini; esta organização intervém em 1867 no II Congresso da Paz e da Liberdade e o grupo que rompe com o Congresso adere à AIT, fundando a "Aliança da Democracia Socialista" (organização pública, com caráter de fundação de estudos), que depois se ramifica na França e Espanha até 1869 (quando é dissolvida). A Fraternidade Internacional se mantém e em 1869 passa por um processo de depuração, surgindo logo depois a "**Aliança dos Socialistas Revolucionários**" (organização secreta), que, pelo que M. Netlau indica, foi o nome assumido pela Fraternidade Internacional depois de 1869.

Assim sendo, podemos dizer que ficam superados os equívocos acerca da organização anarquista em dois aspectos: 1º) não se pode questionar a existência de tal organização, pois a documentação e os fatos históricos permitem ver uma coordenação sistemática de uma rede de militantes na Europa; 2º) esta organização é mencionada nos documentos por diferentes nomes num período de 8-9 anos, o que explica em parte, a confusão quanto à sua origem e trajetória. Mas, na realidade, ela se forma em 1864 e em 1867 é formada a Aliança (pública), que não deve ser confundida com a organização política anarquista[9].

As bases da organização: teoria e programa.

Os três documentos mencionados acima (o Programa da Fraternidade Internacional, o Catecismo Nacional e o Catecismo Revolucionário) determinam com clareza as bases da organização anarquista e de como se desenvolveu sua experiência prática. Constituem uma totalidade em que se afirma uma teoria da organização política, abrangendo tanto os **princípios organizativos,** quanto os **princípios teórico-ideológicos**, assim como os **princípios estratégicos** e os **princípios programáticos**. Este conjunto, conformando uma totalidade, delineia uma concepção clara e determinada de Revolução e de seu processo.

Bakunin e alguns dos "aliados"

Estes princípios seriam desenvolvidos numa base teórica no livro "Federalismo, Socialismo e Anti-teologismo" (1867), que se apresenta como sistematização teórica do programa da "Aliança" (dos Catecismos Nacionais, e que receberia seu complemento no desenvolvimento da filosofia-epistemologia e do método científico no texto "**Considerações Filosóficas sobre o Fantasma Divino, sobre o Mundo Real e sobre o Homem**". Não podemos, então, esquecer estes desdobramentos teóricos e práticos: não apenas a Aliança realizaria um trabalho prático no movimento operário, como também um trabalho teórico.

Podemos indicar que tais documentos, em diversos tópicos, reúnem diferentes tipos de princípios: **ideológicos**; **teóricos**; **organizativos, programáticos** e **estratégicos**. Entendemos os **princípios ideológicos** como aqueles que expressam os interesses e aspirações do grupo e sua relação orgânica com a classe social com que se vinculam; os **princípios teóricos** como sendo as bases intelectuais e cognitivas que orientam as teses fundamentais acerca da sociedade e da realidade em geral (e que dão razão para a existência da organização e que subscrevem, do ponto de vista cientifico, os seus interesses gerais); os **princípios programáticos** como os objetivos gerais permanentes, os interesses que a organização pretende representar e atender, através da sua ação; os **princípios estratégicos** como os meios concretos postulados para realizar os objetivos; e os **princípios organizativos** como as regras que regulam a ação e a estrutura de funcionamento da organização política. Todos os princípios têm caráter permanente, ou seja, são bases fixas, que não devem ser alteradas para que a organização exista enquanto tal[10].

Princípios Ideológicos e Teóricos

O documento "Fraternidade Internacional" expressa os valores ou ideais básicos, em termos da afirmação dos princípios da **liberdade** e da **igualdade** ("a liberdade na igualdade econômica, social e política, é a **justiça**"). Os valores éticos da liberdade e da igualdade seriam traduzidos numa concepção teórica. A defesa da liberdade e igualdade marcaria, em termos ético-ideológicos, as bases da representação de interesses, quando o conceito de liberdade fosse aplicado à realidade e à práxis social.

No sentido político-teórico, tal tradução se expressa: 1) na defesa do **federalismo** e do **anti-estatismo,** como forma de **organização política** e de **governo** e como concepção de sociedade; 2) na defesa do direito de **auto-determinação** dos povos e direito à **alteridade**; 3) no **internacionalismo**; 4) na defesa do **socialismo** e; 5) na adoção da **teoria do valor trabalho** e da categoria "**tra-**

balho” como base dos direitos sociais e organização política.

Um dos itens, abordando as exigências para uma possível adesão à Fraternidade, afirma:

“É preciso que seja revolucionário. Ele deve compreender que uma transformação tão completa e radical da sociedade, devendo necessariamente determinar a ruína de todos os privilégios, de todos os monopólios, de todos os poderes constituídos, não poderá naturalmente efetuar-se por meios pacíficos; que, pela mesma razão, terá contra ela todos os poderosos, todos os ricos, e por ela, em todos os países, apenas o povo, assim como esta parte inteligente e nobre da juventude que, embora pertencendo por nascimento às classes privilegiadas, por suas convicções generosas e por suas ardentes inspirações, abrace a causa do povo”. (Bakunin, 1866, Programa da Fraternidade).

A análise da realidade social leva à afirmação do caráter revolucionário, da revolução, da luta de classes (pobres X ricos) e da organização, pois somente estas garantem a realização da justiça (ou da liberdade e da igualdade), que, na sociedade, consolidar-se-iam na formação de uma economia socialista e da **federação** e/ou do **auto-governo**. No texto Catecismo Nacional se afirmam os “pressupostos obrigatórios” que deveriam ser observados para todos os países: 1) a impossibilidade da vitória de uma **revolução nacional isolada**; 2) a necessidade de um **programa comum**, que satisfaça as necessidades de todas as nações. Assim, a organização política deveria se estabelecer, necessariamente, sobre um programa comum.

Devemos considerar que as fronteiras entre os **princípios ideológicos** e **teóricos** não são rígidas; a realização dos ideais da liberdade e igualdade, dependem da sua formulação teórica fundada no materialismo, na teoria do valor trabalho e na teoria do auto-governo ou federalismo. Desta maneira, o conceito de liberdade não é um conceito genérico, está definido pela teoria geral da sociedade na qual se desdobra.

Princípios Organizativos

A estrutura e as regras organizativas assumidas pelo Programa da Fraternidade indicam o seguinte: 1) a organização política deve ser composta por uma dupla estrutura, a **organização internacional** e a **organização nacional**, sendo que “a direção cabe à família internacional”; 2) define os **elementos subjetivos** necessários ou perfil do militante; 3) que a organização deve combinar dialeticamente a centralização[11] (construção da unidade da luta revolucionária, de baixo para cima) e a localização (descentralização, ou distribuição das forças revolucionárias por diferentes pontos da sociedade e território)[12] :

Varlin - membro da Aliança e um dos principais líderes da Comuna de Paris

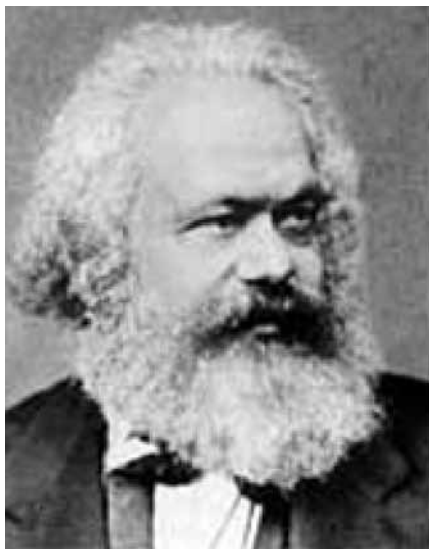
“Assim, centralizada pela idéia e pela identidade de um programa comum a todos os países; centralizada por uma organização secreta que unirá não apenas todas as partes de um país, mas muitos, senão todos os países, em um único plano de ação; centralizada ainda pela simultaneidade dos movimentos revolucionários no meio rural e urbano, a revolução deverá adquirir o caráter local no sentido de que não deverá começar por uma grande concentração de todas as forças revolucionárias de um país em um único ponto; nem adquirir jamais o caráter romanesco e burguês de uma expedição quase revolucionária, mas, surgindo ao mesmo tempo em todos os pontos de um país, terá o caráter de uma verdadeira revolução popular na qual tomarão igualmente parte mulheres, velhos, crianças e que, por isso mesmo, será invencível”. (Bakunin, 1866, Catecismo Nacional).

Além disso, em razão das características da atividade da organização: 1) os revolucionários devem se organizar de forma combinada, e não excludente, em “associações públicas e secretas” com o objetivo de ampliar o campo revolucionário e de preparar um movimento simultâneo; 2) em razão do caráter de suas atividades, devem adotar uma “forte disciplina revolucionária”.

Assim, a organização política deve ser estruturada sobre estas bases organizativas, tendo como papel a preparação (**iniciação-direção**) da revolução, e deve estar coordenada sobre uma organização internacional que dirige as organizações nacionais, estabelecida sobre uma disciplina revolucionária e um programa comum. É sobre estas bases que se colocam os objetivos programáticos e a estratégia para sua realização.

Princípios Programáticos e Estratégicos.

O programa e a estratégia bakuninista estão desenvolvidos, fundamentalmente, nos “Catecismos”, e são extremamente elaborados, no compreendidos: o programa delineado é um programa revolucionário, um “programa máximo”, que supõe a realização de uma revolução e que se apresenta, portanto, como uma série de medidas para a **situação pós-revolucionária**.

Sendo assim, podemos diferenciar as bases programáticas em três tipos: econômicas, políticas e sociais, profundamente inter-relacionadas. As medidas **políticas** são: 1) destruição do Estado (centralista, burocrático) e de suas instituições (universidades, bancos, igrejas); 2) abolição da Monarquia, estabelecimento da República e laicização das instituições políticas; 3) instituição da organização federalista, com funcionários eleitos pelo povo, na base do sufrágio universal. Depois do processo de descentralização, na primeira fase da situação revolucionária, a revolução deverá assumir um caráter federalista, tendo as **comunas revolucionárias** como unidades-base, “estabelecendo uma administração e tribunais revolucionários”, também baseados no sufrágio universal e na responsabilidade (imperatividade/revogabilidade dos mandatos); 4) federalização das comunas (ou sua centralização, de baixo para cima), pois isoladas as comunas serão derrotadas, formando um **pacto federal**, um **governo** e uma **assembléia** ou **parlamento revolucionário**. Segundo os termos do texto, “a ordem e a unidade renascerão como produtos da liberdade revolucionária”; 5) direito de secessão (estes pontos estão indicados no Catecismo Nacional; no Catecismo Revolucionário, estes pontos ganham uma elaboração mais detalhada, a organização política); 6) organização política com base na **comuna**, representada pela “maioria dos votos dos seus habitantes”. Ela tem o direito de criar sua carta ou constituição, mas esta deve estar ajustada à carta e organização política da federação e seu governo (assim como os departamentos ou províncias); 7) estabelecimento, pelo parlamento e pelo governo provincial e nacional (unicameral ou bicameral), dos **pontos obrigatórios a serem seguidos por toda a organização política (comuna**, **província** e **nação**); 8) deliberação, pelo parlamento e governo nacional, sobre a formação ou não de um **exército**, sempre por tempo determinado; 8) preparação de todo cidadão para que venha a ser um **cidadão-soldado,** formado para a guerra[13] **.**

Marx e Engels: combateram a Aliança por diferenças de estratégia e teoria política

Um pressuposto dos Catecismos é o de que a organização política da sociedade exige uma organização econômica que lhe sirva de base. Neste sentido, colocam-se como as primeiras das medidas econômicas: 1) coletivização das terras, mas com a posse ou o produto destas pertencendo exclusivamente aos que nela trabalham; 2) instituição da base dos direitos políticos através do **trabalho** e sanção destes direitos aos possíveis segmentos sociais não-trabalhadores; 3) coletivização dos meios de produção, que pertencerão diretamente aos trabalhadores[14] ; 4) sendo o **trabalho** a base dos direitos políticos, supressão da hierarquia entre “trabalho intelectual e trabalho manual”, através da exigência do revezamento entre as atividades produtivas e de direção-gestão (da economia), assim como da igualdade de rendimentos.

As principais medidas sociais dos “Catecismos” visam garantir: 1) liberdade religiosa; 2) abolição das classes; 3) direito à educação pública integral e à proteção social, financiada e garantida pela sociedade; 4) liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, liberdade de propaganda e de organização; 5) igualdade de direitos entre homens e mulheres ; 6) abolição das penas degradantes e cruéis, das punições corporais e da pena de morte.

Os “Catecismos” estabelecem também a estratégia revolucionária, quer dizer, os meios práticos que definem o conceito de revolução que deve ser adotado. Em primeiro lugar, a afirmação da Revolução Social entendida enquanto um processo de guerra revolucionária. Neste sentido, o objetivo da revolução é: 1) resolver a questão social (contradição capital/trabalho); 2) ter o caráter de uma “Revolução Social” (que visa a imediata libertação econômica e social da classe trabalhadora, e não somente a mudança de regime político); 3) articular os trabalhadores do campo e da cidade; 4) “a internacionalização, numa **guerra mundial de libertação”,** como desdobramento necessário da guerra revolucionária na qual o “mundo se separará em dois campos opostos” e da qual deverá resultar uma “guerra de extermínio sem piedade e sem trégua, contrária à política hipócrita de não intervenção”[15] .

Conclusão

Uma apreciação crítica da história do anarquismo ou bakuninismo, enquanto experiência coletiva orientada por uma ideologia/teoria, deve indicar que, na realidade, constituiu-se num fenômeno associado a uma conjuntura histórica particular: a do surgimento do movimento proletário, das guerras de unificação nacionais, das lutas republicanas, do desenvolvimento do capitalismo monopolista, do surgimento da Primeira Internacional, e, finalmente, da contra-revolução internacional (depois da derrota da Comuna de Paris). Os documentos aqui analisados, assim como o pensamento de Bakunin e o conceito de anarquia, devem ser compreendidos em seu significado, dentro do seu devido contexto social e históri-

co.

Podemos dizer que, comparado com o "Manifesto Comunista" de Marx e Engels, os "Catecismos" apresentam duas características: 1º) apresentam uma formulação teórica menos direcionada para a análise crítica do capitalismo, e mais preocupada com a definição das bases programáticas da sociedade socialista. Por outro lado, a teoria de Marx e Engels estava muito mais elaborada que a de Bakunin, tendo um caráter mais complexo e mais aplicado, do que a deste último. Todavia, isto não impediu que Bakunin determinasse um plano nítido com orientações que a história comprovariam que seriam corretas. Neste sentido, a densidade teórica do Manifesto Comunista, é contrabalanceada pela maior precisão programática dos Catecismos, principalmente no que tange à organização política; o Manifesto Comunista é de 1848, ou seja, cerca de vinte anos antes, o que mostra que a estruturação dos grupos comunistas se deram muito antes da organização anarquista, o que explica, em parte, o êxito relativo da reprodução desta corrente. Mas a mesma instabilidade encontrada na organização anarquista se encontrou na Liga dos Comunistas, que teve também uma existência precária e veio a se dissolver.

Um outro aspecto fundamental é a compreensão da **situação pré-revolucionária** que caracterizava a Europa no início da década de 1860: as guerras civis e nacionais traziam as massas para a arena da ação política, governos eram derrubados, regimes políticos monárquicos ameaçados e o movimento de massas estava em ascensão. Sem levarmos em consideração esta situação, não entendemos as orientações práticas de organização anarquista, os "catecismos" e suas preocupações; nem o porquê da afirmação da necessidade da organização política que combinasse a ação secreta e pública, nem o papel da "Aliança" e da "Internacional".

Neste sentido, demonstramos que a Aliança se desenvolveu e que ela teve uma influência importante na Internacional (especialmente na Espanha e na Itália). Mas como ela se dissolveu? As informações acerca desse processo são precárias. O que sabemos (ver Netlau, 1977) é que depois da morte de Bakunin as seções nacionais da Aliança foram atravessadas por conflitos internos, como foi o caso da Espanha, em que se dividiu a organização em pró-bakuninistas e anti-bakuninistas (estes liderados por Anselmo Lourenço). Depois daí, até a dissolução e a mudança de orientação desta organização, as fontes de que dispomos não nos permitem dizer muito.

Na realidade, as situações pré-revolucionárias, revolucionárias, e de maneira geral as guerras civis, colocam em evidência contextos em que as organizações políticas revolucionárias têm uma duração curta. Podemos comparar o contexto em que a "Aliança" atuou na Europa do século XIX, com o da **guerra civil revolucionária** no Brasil (1967-1973). Muitas organizações políticas surgiram e, devido ao seu caráter – guerrilheiro, numa guerra aberta contra a Ditadura –, enfrentaram uma luta de vida ou morte. Organizações como a ALN (Ação Libertadora Nacional) e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) tiveram uma curta existência (seis anos em média), o que não significa que não tenham influenciado o rumo da história brasileira. Mas o legado político e teórico destas organizações foi praticamente apagado, não tiveram continuidade, já que muitos dos seus ex-membros romperam com a linha política revolucionária e se tornaram ardorosos contra-revolucionários[16]. Um processo parecido se verificou com a organização anarquista e o bakuninismo. A situação histórica selou sua derrota político-militar; suas contradições internas decretaram o surgimento do revisionismo, liderado por ex-membros da organização.

A tarefa de hoje é resgatar a teoria da organização política de Bakunin, desenvolver seus princípios teóricos, ideológicos, programáticos e estratégicos e aplicá-los à transformação da realidade brasileira e à luta de classes internacional. Esta é a tarefa de todos aqueles que almejam uma **Revolução Social**.

Notas:

1 *Extraído do original francês* "Ni Dieu ni Maître (Anthologie de l'Anarchisme)", *de Daniel Guérin.*

2 *Ver "Socialismo e Liberdade", Introdução, por Coletivo Editorial Luta Libertária, em que se afirma que Bakunin "defendia uma organização exclusivamente secreta" por princípio, o que dá a base de uma crítica equivocada de seu pensamento pelos autores do prefácio.*

3 *Ver* **"La Alianza e la Internacional en España",** *1977.*

4 *Para analisar este contexto basta ver o texto "***Anarquismo** e **Comunismo** na Primeira Internacional*". Para compreender o pensamento teórico de Bakunin, ver "***A Filosofia Bakuninista***".*

5 *Na Rússia em 1861-62, colocou-se o problema da "emancipação dos servos", surgiram agitações estudantis e foi formada a organização* **Terra e Liberdade***; na Itália, ocorreu uma importante insurreição camponesa em 1860 e diversos levantes insurrecionais locais (ver Carr 1972 e Efimov, 1986).*

6 *Além do italiano G. Fanelli, é importante mencionar o francês Eugene Varlin, que se tornaria uma importante liderança da Comuna de Paris e seu mártir. A correspondência de Bakunin revela que Varlin seria o principal bakuninista na França, e que seria ele o responsável por articular a adesão dos* "proudhonistas de esquerda" *com a Aliança, através da AIT.*

7 *Ver Max Netlau, "***La Anarquía Através de Los Tiempos***":* "Él, Bakunin, consideraba abortados hacia fines de 1863 los movimientos nacionalistas, es decir, llegados entonces bajo el control de los hombres de Estado, de Francia, de Prusia, Rusia, el Piemonte, y puso su esperanza en lo sucesivo en los movimientos sociales que renacían. Viendo la desorientación de las fuerzas democráticas y socialistas, creía obrar del mejor modo obrando sobre ellas por medio de militantes ocultos, que sabrían dirigir y coordinar tales fuerzas y que ellos mismos harían nacer e inspirarían grupos y movimientos más conscientes. Los años 1864 (cuando hace su segundo viaje a Suecia y pasa la última vez por Londres y París) y 1865 (cuando va desde Florencia a vivir a Nápoles y sus alrededores, hasta agosto de 1867), pasan en esos esfuerzos inevitablemente poco es-

clarecidos. Sabemos un poco de su esfuerzo en Florencia y conocemos su tentativa de proponer sus ideas a la masonería en Italia, a la que pertenecía. Hay también fragmentos de manuscritos, de 1865, las primeras redacciones conservadas de sus ideas, que podría publicar, si hubiese una posibilidad material seria para tal publicación. Estamos, en fin, puestos un poco al corrientes de sus planes por su carta a Herzen, del 19 de julio de 1866, por su resumen histórico en un libro ruso de 1873 y por el programa y los estatutos mismos, in extenso, de la sociedad internacional revolucionaria, redactados en 1866, en marzo, aproximadamente, que he hecho conocer desde 1898 y en traducción alemana casi completa en 1924. En las Werke (Berlín, 1924, vol. III, págs. 8-61) , y en mi biografía de 1898, págs. 209-233, se encuentran esos textos - una exposición completa de su pensamiento socialista y revolucionario de entonces, mientras que los fragmentos masónicos (es decir, destinados a ser propuestos a los francmasones) , contienen sobre todo su pensamiento filosófico, la crítica religiosa. Tenemos también la aplicación más restringida de sus ideas y proyectos en las impresiones clandestinadas para la organización italiana de esa sociedad internacional, el Programa della Rivoluzione democratico-sociale italiana y los estatutos de la Societá dei Legionari della Rivoluzione sociale italiana (de 1866) y las hojas clandestinas de actualidad, La Situazione italiana, de octubre de 1866, y una segunda hoja, La Situazione, del otoño de 1868. En fin, cartas y esbozos de cartas de 1866 y 1867 y otros materiales recogidos muestran un poco de la vida íntima de esa sociedad internacional que se llama más frecuentemente la Fraternidad internacional".

8 "A minoria socialista da Liga da Paz e Liberdade tendo separado-se daquela Liga como resultado do voto majoritário do Congresso de Berna, a maioria formalmente constituída oposta ao princípio fundamental de todas as associações de trabalhadores – o da igualitarização econômica e social de todas as classes e indivíduos – tem por essa razão aderido aos princípios proclamados pelos congressos dos trabalhadores realizados em Genebra, Lausana e Bruxelas. Vários membros desta minoria, pertencendo a várias nações, nos sugeriram formar uma nova Aliança Internacional da Democracia Socialista, estabelecida completamente dentro da grande Associação Internacional dos Trabalhadores, mas tendo uma missão especial de estudar questões políticas e filosóficas na base do grande princípio de igualdade universal e genuína de todos os seres humanos sobre a terra ". Ou seja, esta organização pretendia integrar os dissidentes do republicanismo, arrastados pela política de entrismo da Fraternidade na Liga da Paz e Liberdade, para a Internacional. E foi o que aconteceu.

*9 O texto de Frederich Engels, "***Os Bakuninistas em Ação***" (1873), indica dois fatores: a "Aliança" secreta saiu vitoriosa na Espanha e levou a maioria dos operários da seção da Internacional; esta "Aliança", em 1873, organizou uma greve geral como preparação de um levante revolucionário. No texto de Engels este processo ganha contornos de caricatura, mas é suficiente para indicar, exatamente por ser um texto de combate, a estrutura clandestina da "Aliança".*

10 A idéia de "catecismo" é, possivelmente, uma analogia empregada a partir da religião e da idéia de um catecismo positivista. Significa (katechismós) instrução, sob forma de "perguntas e respostas"; doutrina elementar que serve de base para uma religião ou ciência. Ou seja, o "catecismo revolucionário" são os princípios básicos e imutáveis da organização e do movimento revolucionário, segundo Bakunin.

11 Entendendo-se por isso a existência de uma organização revolucionária e um programa que centralize o processo e dispersão das forças revolucionárias pelo território, para abranger efetivamente as massas.

12 Estes elementos estão presentes especialmente no "catecismo nacional".

*13 Um documento, que não podemos determinar se é um manuscrito ou uma publicação, datado de 1868, é uma reformulação do Programa da Fraternidade, em que aparecem então alguns elementos: 1) é citada a expressão anarquia pela primeira vez, como conteúdo ideológico do programa; 2) a expropriação e eliminação da propriedade privada capitalista são incorporadas de maneira explícitas no programa; 3) no que tange à organização política, é indicado que o processo federativo exige um processo de delegação revolucionária baseada em mandatos imperativos e revogáveis; 4) é afirmado o caráter de "***minoria***" (ou organização de quadros) da organização política, indicando que esta deve ser o "estado-maior" da revolução enquanto que o "exército é povo".*

14 "... o capital e os instrumentos de trabalho se tornarão propriedade dos que os utilizarem para a produção de riquezas pelo seu próprio trabalho" (Catecismo Nacional).

15 Neste sentido, esta posição estratégica antecipa e responde a um debate central do movimento revolucionário do século XX acerca da "teoria da convivência pacífica" (com o capitalismo) e do "socialismo num só país" (tese de Stalin e política oficial da URSS). A política internacional da revolução social não comporta a convivência pacífica.

16 Aluisio Nunes Ferreira, José Dirceu, dentre outros, ilustram a juventude burguesa que passou pelas fileiras do movimento revolucionário, mas que explicitaram depois sua face de oportunistas democrata-burgueses e contra-revolucionários.

O Estatismo na História: experiência e teoria

Uma das principais formulações do pensamento anarquista de Bakunin é a idéia de que o Estado é uma das forças agentes que determinam as formas de organização da sociedade. Logo, o Estado aparece não somente como um fenômeno derivado da estrutura econômica, mas como um fator determinante da estrutura sociedade, inclusive da economia. Ao mesmo tempo o Estado apresenta-se como forma histórica que marca o próprio desenvolvimento das sociedades humanas, desde a antiguidade até a modernidade. A emergência de Estados cada vez mais vastos e com maiores poderes, e a tendência de sua expansão, é apontada por Bakunin como um dos principais fatores a influenciar história da humanidade, inclusive do desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o conceito de estatismo recobre esta relevância e importância atribuída ao Estado enquanto unidade política, e mesmo não estando plenamente sistematizado em Bakunin, sintetiza algumas teses e análises históricas do autor que cabe aqui dar forma teórica mais acabada.

A teorização e a crítica do estatismo podem ser defendidas como os principais elementos do pensamento sociológico de Bakunin. O "**estatismo"** em Bakunin compreende três significados distintos: 1º) a tendência do Estado-Nacional moderno estender de forma "geométrica" suas funções e atribuições, tanto social como territorialmente, e da sociedade organizar-se em função do Estado; 2º) a tendência à disseminação de uma "doutrina" ou "ideologia" que afirma a necessidade do Estado e da extensão de suas atribuições, legitimando-a e glorificando-a; 3º) uma etapa histórica em que ao mesmo tempo tais tendências sociais e doutrina afirmam-se e tornam-se dominantes dentro da sociedade. É a definição de tal conceito a partir da obra de Bakunin que iremos realizar adiante.

Capa do livro O Leviatã de Thomas Hobbes - 1650

1. A Origem do Estado Moderno: reforma protestante e revolução francesa.

Bakunin em uma conferência dada aos operários do Vale Saint-Immier, traça dois acontecimentos para demarcar as origens do Estado-Moderno, Nacional e Burguês:

"Dos hechos históricos, dos revoluciones memorables habían constituido lo que llamamos el mundo moderno, el mundo de la civilización burguesa. Uno, conocido bajo el nombre de Reforma, al comienzo del siglo XVI, había roto la clave de la bóveda del edifico feudal, la omnipotencia de la iglesia; al destruir ese poder preparo la ruina del poderío independiente y casi absoluto de los señores feudales que, bendecidos y protegidos por la iglesia, como los reyes y a menudo también contra los reyes, hacían proceder directamente de la gracia divina; y por eso mismo dio un impulso nuevo a la emancipación de la clase burguesa, lentamente preparada, a su vez, durante los dos siglos que habían precedido a esa revolución religiosa, por el desenvolvimiento sucesivo de las libertades comunales y por el del comercio y de la industria, que habían sido al mismo tiempo la condición y la consecuencia necesaria." (Bakunin, Conferência, p. 1)

Nesse sentido, a reforma protestante criou as condições necessárias para a derrocada do feudalismo e declínio do poder da Igreja. O desenvolvimento comercial nos séculos XIV e XV teriam exatamente possibili-

tado as condições econômicas e sociais da reforma, que foram seu corolário político e ideológico e ao mesmo tempo expressão final dessas transformações.

E Bakunin complementa:

"De esa revolución surgió un nuevo poder, que todavía no era el de la burguesía, sino el del Estado monárquico constitucional y aristocrático en Inglaterra, monárquico, absoluto, nobiliario, militar, burocrático sobre todo en el continente de Europa, a no ser dos pequeñas republicas, Suiza y los Países Bajos. (...) Examinemos las relaciones de las clases, la situación política y social, después de la Reforma. " (Ibid)

Dessa forma vemos que a reforma protestante e religiosa, é o marco do surgimento de um novo poder e de um novo sistema político; o poder do Estado – constitucional e absoluto – e de um sistema de Estados em toda a Europa. Esse novo poder que surgiu é exatamente o do **estatismo.**

Na realidade, a reforma religiosa do século XVI tem um duplo efeito: realiza um deslocamento do poder econômico, do poder político e da própria forma de legitimação do poder, de maneira que surgem outras teorias de legitimação da autoridade. A Igreja e os sacerdotes eram os "verdadeiros senhores da terra e os direitos dos reis e imperadores derivavam do consentimento da Igreja". A luta dos Estado contra a Igreja caracterizou o final da idade média:

"La Reforma puso un termino a esa lucha al proclamar la independencia de los Estados. El derecho del soberano fue reconocido como procedente inmediatamente de Dios, sin la intervención del Papa y de cualquier otro sacerdote, y naturalmente, gracias a ese origen celeste, fue declarado absoluto. Es así como sobre las ruinas del despotismo de la Iglesia fue levantado el edificio despotismo monárquico. La iglesia, después de haber sido ama, se convirtió en sirviente del Estado, en su instrumento de gobierno en manos del monarca." (Ibid)

Dessa maneira, a emergência do novo poder se caracteriza por uma inversão e mudança das relações institucionais da idade média: o Estado deixa de ser um instrumento da Igreja e esta passa a ser um instrumento do Estado. A teoria do direito divino dos reis quebra a antiga mediação do papado e do clero e funda assim a autonomia do Estado e dá legitimidade ao absolutismo. A redefinição do papel da Igreja e dos Estados, o deslocamento do poder do clero para a nobreza real, indica mudança nas relações de classe.

O Estado, o estatismo, surge assim das ruínas da feudalidade, realizando ao mesmo tempo a centralização política na figura do rei e institucionalizando a doutrina do absolutismo que se torna o fundamento do Estado Monárquico, primeira forma de manifestação do estatismo. Ao mesmo tempo surge uma razão de Estado e um culto do Estado, que legitima tal processo. Mas essa transformação e deslocamento de poderes não se encerram com a reforma religiosa, mas outros processos e acontecimentos seriam fundamentais, especialmente a mudança nas relações de classe que afetariam o próprio desenvolvimento do "**estatismo**" enquanto força histórica.

2. O "caráter de classe" particular do Estado-Moderno

Como conseqüência direta da reforma religiosa e da centralização do Estado, mudanças ocorreram nas relações de classe e fundamentalmente, uma absorção dos antigos senhores e nobreza feudais como funcionários dentro da burocracia estatal. "Todas las funciones militares y civiles del Estado, a excepción de las menos importantes, fueron ocupadas por nobles. Las cortes de los grandes y las de los mas pequeños monarcas de Europa se llenaron con ellos. Los más grandes señores feudales (...) se transformaron en los criados titulares de los soberanos". (Id., p.2)

Logo, o deslocamento de poderes não implicou no desaparecimento dos estratos dominantes do feudalismo, mas sim na sua inserção subordinada dentro do novo poder que se formava, digamos que houve uma nova hierarquização da nobreza dentro do Estado Moderno. Além disso, a emergência da autonomia do Estado Moderno transformou também o papel da burguesia.

"Por la Reforma, la burguesía se había visto completamente libertada de la tiranía y del saqueo de los señores feudales, en tanto que bandidos o saqueadores independientes y privados; pero se vio entregada a una nueva tiranía y a un nuevo saqueo y en lo sucesivo regularizados, bajo el nombre de impuestos ordinarios y extraordinarios del Estado (...) Esa transición del despojo feudal al despojo mucho más regular y mucho mas sistemático del Estado pareció satisfacer primero a la clase media. Hay que conceder que fue primero para ella un verdadero alivio en su situación económica y social. Pero el apetito acude comiendo, dice el proverbio. Los impuestos del Estado, al principio tan modestos, aumentaron cada año en una proporción inquietante, pero no tan formidable, sin embargo, como en los Estados monárquicos de nuestros días. (Ibid).

Nesse sentido, a redefinição do papel da burguesia – categoria social existente desde período do feudalismo, se dá pela sua emancipação relativa do jugo do senhor feudal e sua subordinação ao Estado centralizado e ao Rei. Além disso, certas liberdades políticas antes concedidas à burguesia foram eliminadas. Antes da Reforma Religiosa, a Burguesia era a aliada "preferencial" dos Reis e do Estado na sua luta contra a Igreja e os senhores feudais (nobreza), mas depois da reforma a burguesia perdeu essa sua "função" e teve vários benefícios anteriormente concedidos pelo monarca, eliminados. Assim, a Burguesia foi colocada numa condição de inferioridade quando comparada com os estratos da nobreza e do clero, que ocuparam os postos da administração do Estado. O poder de Estado estava então associado a uma classe nobiliárquica e clerical.

Nessa nova configuração das relações de poder, a burguesia, o campesinato e os trabalhadores urbanos ocupavam uma posição de subalternidade na estrutura de classes da sociedade. Surge paralelamente uma "moral de estado", que colo-

ca o Estado como “fim” das ações dos súditos.

Essa estrutura de classes que acompanhou a emergência do Estado Moderno engendrou então uma contradição de interesses entre a burguesia, o proletariado e o campesinato de um lado, e a nobreza e o clero de outro lado. A revolução francesa marcaria então uma outra etapa no desenvolvimento do estatismo e que daria sua forma definitiva.

“Los dos siglos que separan a las luchas de la Reforma religiosa de las de la gran Revolución fueron la edad heroica de la burguesía. Convertida en poderosa por la riqueza y la inteligencia, atacó audazmente todas las instituciones respetadas por la iglesia y del Estado. Minó todo, primero, por la literatura y por la critica filosófica; mas tarde lo derribo todo por la rebelión franca. Es ella la que hizo la revolución de 1789-1793. Sin duda no pudo hacerlo más que sirviéndose de la fuerza popular.; pero fue la que organizó esa fuerza y la dirigió contra la iglesia, contra la realeza y contra la nobleza. Fue ella la que pensó y tomó la iniciativa de todos los movimientos que ejecutó el pueblo. La burguesía tenía fe en sí misma, se sentía poderosa porque sabía que tras ella, con ella, tenía al pueblo.” (Id., p.5).

A burguesia cumpriria seu papel revolucionário graças a sua aliança necessária com o campesinato e a plebe operária. A burguesia atuou enquanto força dirigente do movimento popular. Entretanto, segundo Bakunin, a contradição econômica entre a burguesia e os trabalhadores ficando ocultada temporariamente por uma série de fatores.

“Os dije la última vez cómo la burguesía, sin tener completamente conciencia de sí misma, pero en parte también y al menos en una cuarta parte, conscientemente, se ha servido del brazo poderoso del pueblo durante la gran revolución de 1789-1793 para asentar su propio poder sobre las ruinas del mundo feudal. Desde entonces se ha convertido en la clase dominante. Erróneamente se imagina que fueron la nobleza emigrada y los sacerdotes los que dieron el golpe de Estado reaccionario de termidor, que derribó y mato a Robespierre y a Saint Just y que guillotinó y deporto a una multitud de sus partidarios.” (Id., p.11).

A revolução francesa marca senão a completa ascensão da burguesia a condição de classe dominante, pelo menos a irreversibilidade do processo de Ascenso da burguesia a condição de classe dominante. Mas seria somente no século XIX que tal domínio burguês se consolidaria na maior parte dos países da Europa.

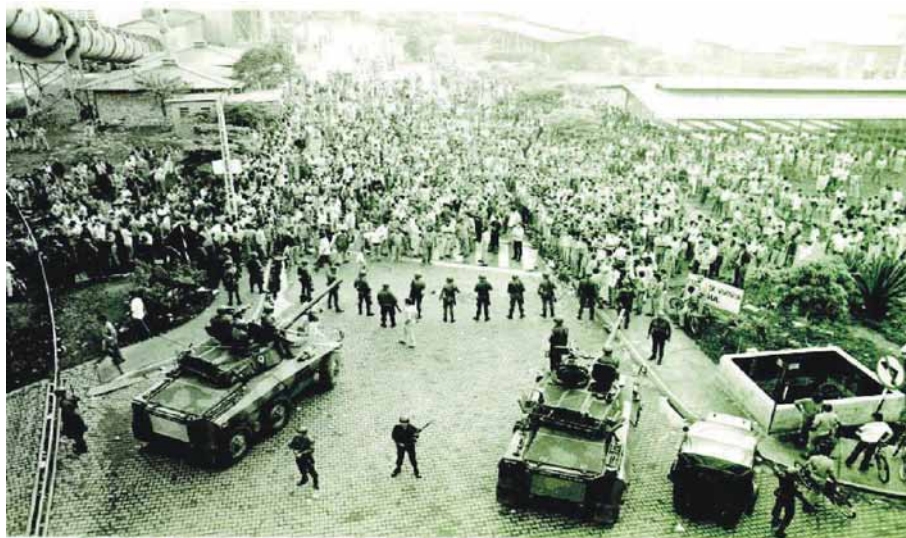
“De 1830 data verdaderamente la dominación exclusiva de los intereses y de la política burguesa en Europa, sobre todo en Francia, en Inglaterra, en Bélgica, en Holanda y en Suiza. En otros países, tales como Alemania, Dinamarca, Suecia, Italia y España, los intereses burgueses habían prevalecido sobre todos los demás, pero no el gobierno político burgués. (Id., p.13).

Do ponto de vista das ideologias e mentalidades, o domínio burguês se expressa sob uma nova forma de pensamento: o individualismo literário, político e econômico. A “teoria do contrato social” e da competição entre os indivíduos, e toda a teoria dos filósofos liberais irá coroar esse domínio político. Num certo sentido, é por isso que Bakunin identifica a teoria individualista dos contratualistas como teoria essencialmente estatista (ver Federalismo, Socialismo e Antiteologismo).

Um elemento fundamental então é que o Estado Moderno, nacional, centralizado, estaria associado a uma estrutura de classes caracterizada pela exploração do trabalho e pela profunda desigualdade econômico-social, e pelo seu desenvolvimento burguês. Seja na primeira fase histórica de desenvolvimento do estatismo, entre os séculos XV-XVII, seja na segunda, entre XVIII e XIX, seja sob a exploração do campesinato pela nobreza, ou do proletariado pela burguesia, o que caracteriza o estatismo é sua tendência de garantir e se viabilizar pela exploração do trabalho. Nesse sentido, é preciso apresentar a relação do estatismo com a economia.

3. A Relação com a “Economia”: expansão marítima e repressão da força de trabalho.

A relação do desenvolvimento do Estado com a economia será analisada por Bakunin em seu livro “Estatismo e Anarquia” em que fica nítido que o estatismo estaria articulado com o capital, e dialeticamente, o capital ao estatismo. Essa articulação teria uma materialização histórica particular, de maneira que o Estado Burguês, amparado no capital monopolista, seria a forma mais acabada do estatismo.

“Esta reação nada mais é senão a realização acabada do conceito antipopular do Estado moderno, o qual tem por único objetivo a organização, na mais vasta escala, da exploração do trabalho, em proveito do capital, concentrada em pouquíssimas mãos (...) A indústria capitalista e a

Intervenção do Estado na Greve da CSN de 1988

especulação bancária modernas necessitam, para se desenvolverem em toda a amplitude desejada, destas grandes centralizações estatais, que, sozinhas, são capazes de submeter à sua exploração os milhões e milhões de proletários da massa popular." (Bakunin, 2003, p. 35).

Nesse sentido, existe uma dialética geral entre **economia e política,** e uma dialética mais particular entre a tendência centralizadora dos poderes do Estado moderno, o autoritarismo, com a tendência de centralização monopólica de capitais na grande indústria em grandes bancos e grandes empresas industriais. Há uma correspondência entre **centralização de poderes e concentração de capitais**.

"...a sociedade só pode constituir e permanecer um Estado se ela se transforma em Estado conquistador. A mesma concorrência que, no plano econômico, esmaga e devora os pequenos e até mesmo os médios capitais, estabelecimentos industriais e propriedades fundiárias e casas de comércio, esmaga e devora os pequenos e médios Estados, em proveito dos Impérios. Doravante, todo Estado que não se contentar em existir no papel e pela graça de seus vizinhos, pelo tempo que estes quiserem tolerar, mas desejar ser um Estado real, soberano, independente, deve ser necessariamente um Estado conquistador". (Id., p. 35).

Um outro elemento fundamental dessa dialética entre economia capitalista e estatismo é a concorrência que preside também as relações internacionais entre os Estados. Dessa maneira a tendência é a formação de uma hierarquização de "Estados" e a transformação dos pequenos e médios Estados em Satélites do Império (do Estado moderno hegemônico numa determinada configuração histórica, da mesma forma que na economia a concorrência leva ao monopólio).

O livro "Estatismo e Anarquia" é dedicado à análise da formação de uma nova hegemonia na Europa, com a queda do poderio do Estado francês e a disputa entre Rússia e Alemanha para a ocupação do lugar de "potência maior" no continente. Bakunin prevê que a Alemanha estava se constituindo na realidade no único Estado soberano da Europa, e num certo sentido, num protótipo daquilo que se poderia chamar de estatismo. A competição entre os Estados, alimentadas pela lógica da economia capitalista, levaria então a formação da **supremacia do Império**, que seria um outro elemento componente da idéia do estatismo. A repressão e controle da força de trabalho é assim um dos principais papeis econômico do Estado moderno.

Mas o principal desdobramento dessa articulação e lógica de concorrência entre os Estados está na relação de controle não somente dos territórios e da força de trabalho (população), mas dos mares e portos e navegação comercial.

"É um axioma bem conhecido que nenhum Estado pode elevar-se ao nível de grande potencia, se não possuir vastas fronteiras marítimas, que lhe assegurem comunicações diretas com o mundo inteiro e lhe permitam tomar parte, sem intermediário, na evolução do mundo, tanto material quanto no plano social, político e moral. (...) A estas condições vêm-se somar, por necessidade, a navegação e o comércio marítimo, porque as comunicações pelo mar, em razão de seu baixo custo relativo, se sua rapidez, assim como de sua liberdade, uma vez que o mar não pertence a ninguém, são superiores a todos os meios de comunicação conhecidos, inclusive, é evidente, as ferrovias. Pode acontecer que um dia a navegação área se revele ainda mais cômoda sob todos os aspectos e adquira uma importância particular (...) A Roma Antiga só foi um estado poderoso, mundial, a partir do momento em que se tornou um Estado marítimo" (Id., pp. 118-119).

Nesse sentido, o controle de territórios estratégicos, vitais para a existência do Estado, se definem também pelas necessidades e imposições do comercio exterior, realizado – até hoje – fundamentalmente através da marinha mercante, apesar da importância adquirida pela navegação aérea. Logo, o controle do complexo território/mares/portos/rotas comerciais se torna um componente econômico essencial do Estado Moderno, que constitui parte fundamental do seu poderio. A análise de Bakunin do Ascenso da Alemanha no século XIX mostra sua busca incessante por se tornar hegemônica no mar Báltico, neutralizando a Rússia, e como o poderio da Inglaterra estava associado exatamente ao desenvolvimento de uma marinha mercante e o controle de rotas comerciais. Assim, a propensão ao domínio dos Impérios, levava que esses impérios se tornassem também marítimos, no sentido do controle das rotas comerciais marítimas.

Assim, a relação orgânica e dialética do **estatismo** com a **economia capitalista**, dada a partir da repressão da força de trabalho, mas também e especialmente pelo controle das rotas marítimas e comerciais, fazendo do Estado não somente uma unidade territorial, mas também, ultramarina. Essa então é uma outra característica do **estatismo**, desenvolvido sob a égide do Estado Moderno e sob impulso da economia capitalistas.

"Eis o resultado inevitável do sistema capitalista de monopólios, que, em todos os lugares, e sempre, acompanha os progressos e a expansão da centralização estatista. O capital privilegiado e concentrado em pouquíssimas mãos tornou-se, pode-se dizer hoje, a alma de todo Estado (...), que , financiado por ele e por ele apenas, lhe assegura em retorno o direito ilimitado de explorar o trabalho de todo o povo." (Id, p. 228).

Mas além dessa relação com economia, Bakunin aponta ainda para fatores internos ao próprio Estado, tanto da sua constituição interna quanto da sua forma (forma de governo ou regime político) que são fundamentais para o desenvolvimento do estatismo. São estes fatores que iremos analisar.

4. A Centralização Burocrático-Militar e o caráter secundário das "Formas do Estado"

Para entender as tendências verificadas dentro no desenvolvimento do Estado, é preciso identificar qual é o seu princípio e quais as condições de sua existência num sistema inter-

nacional de Estados. O Estado-Nacional é necessariamente conquistador. O “Império” é o Estado-Nacional hegemônico em relação os demais no sistema de Estados, aquele que detém a supremacia política e militar.

Um elemento fundamental do estatismo é sua tendência militarista e conquistadora. Dessa maneira, a violência, a autoridade e a força, são os principais mecanismos de operação e de constituição dos Estados.

“O Estado moderno, por sua essência e pelos objetivos que se fixa, é por força um Estado militar, e um Estado militar está condenado, não menos obrigatoriamente, a se tornar um Estado conquistador; se ele próprio não se lançar à conquista, será conquistado, pela simples razão de por toda parte onde q força existe, é preciso que ela se mostra ou aja.... o Estado moderno, militar por necessidade, traz em si a irresistível aspiração a tornar-se um Estado universal; mas um Estado universal, sem duvida quimérico, só poderia em todo caso ser único (...) A hegemonia nada mais é senão a manifestação tímida e possível desta aspiração quimérica inerente a todo o Estado; a impotência relativa ou pelo menos a sujeição de todos os Estados vizinhos, é a condição primeira da hegemonia. Assim, enquanto durou a hegemonia da França, teve como condição a impotência nacional da Espanha, da Itália e Alemanha...” (Id, pp. 36-37).

Daí decorre que “ser um Estado conquistador, significa manter subjugados pela violência muitos milhões de indivíduos de uma nação estrangeira”, “significa o sacrifício da liberdade e bem estar do povo trabalhador” (Id, pp. 66-67). Nesse sentido, a violência se torna o principal instrumento de uma **dominação simultaneamente nacional e de classe**.

Poderíamos dizer ainda que a idéia do Estado Universal, o “Império”, é uma outra forma da ideologia estatista de legitimação do Estado. E dizer que da mesma maneira que acontece nas relações internas de uma sociedade o Estado serve para apresentar os interesses da classe burguesa como os interesses de toda a sociedade, por meio do Império uma burguesia particular apresenta os seus interesses como os interesses de toda a humanidade. A doutrina imperialista norte-americana da “democracia como valor universal” no inicio do século XXI é um perfeito exemplo da manifestação atual dessa tendência.

E aqui chegamos a uma outra caracterização decisiva do Estado Moderno: a tendência ao desenvolvimento da polícia e do exército permanentes, de um lado, e da burocracia, de outros. E isso está relacionado aos instrumentos de Estado, identificados por Bakunin:

“Para exercer eficazmente os poderes de Estado, é preciso ter em mãos uma potencia, não fictícia, mas real; é preciso ter a plena disposição de todos os instrumentos de Estado. Quais são esses instrumentos? Primeiramente, um exército numeroso, bem organizado, armado, disciplinado e alimentado, e sobretudo bem dirigido. Logo, um pressuposto bem equilibrado, bem administrado e rico, um credito capaz de bastar a todos os gastos extraordinários que se fizerem necessários pela situação particular do país. Enfim, uma administração honesta, abnegada, inteligente e ativa.” (Bakunin, 1980, p. 268).

Ou seja, o desenvolvimento da “burocracia” ou da administração era uma exigência do processo de desenvolvimento do Estado, que para ser forte, precisa fortalecer seus instrumentos administrativos, policiais-militares e também o seu orçamento. O desenvolvimento da repressão e burocracia são assim os pilares do desenvolvimento do estatismo.

A Democracia torna-se a Forma Preferencial do “Estado” para dar legitimidade à **exploração e dominação**. A tendência da “Democracia” ser a forma acabada do “estatismo” que recobre a centralização e a violência.

Nesse sentido, quando consideramos o desenvolvimento do Estado pelos seus aspectos principais – o principio do Estado e seus instrumentos – vemos que na realidade a “forma” do Estado (regime ou forma de governo) são importantes, mas secundárias em uma série de sentidos. Essa apreciação de Bakunin acerca da forma do Estado se encontra dispersa em alguns dos seus principais livros (“Cartas a um Francês”, “O Império Knuto-Germânico” e “A Situação Política da França”). O primeiro argumento para sustentar o caráter secundário da forma do Estado diz respeito a sua relação com economia capitalista, já que:

“O ideal dos burgueses é em todas as partes invariavelmente o mesmo: o sistema representativo liberal, constituído em monarquia constitucional ou ainda em republica federal, como nos EUA e Suíça; isto é, nomeando as coisas por seu nome, a liberdade política real para as classes poderosas, fictícia para as massas populares e fundada sob a subordinação econômica destas últimas” (Id., p. 293).

Mas não podemos nos enganar, supondo que o argumento se reduz a sua dimensão econômica. Na realidade, diz respeito também ao problema da eficácia e das necessidades internas da dominação estatal:

“... a indústria capitalista e a especulação bancária acomodam-se muito bem com a democracia dita representativa, pois esta estrutura moderna do Estado, fundada na pseudo-soberania da psudovontade do povo, pretensamente expressa por falsos representantes do povo em pseudo-assembléias populares, reúne as duas condições previas que lhes são necessárias para atingir seus fins, isto é, a centralização estatal e a sujeição efetiva do povo soberano à minoria intelectual que o governa...” (Bakunin, 2003, p. 36).

Nesse sentido, a democracia representativa mantém a concentração de poder decisório, da autoridade, verificadas nas grandes monarquias e impérios. E mais, como qualquer outro Estado, os Estados Democráticos precisam fortalecer através do exército e da administração, ampliando-os de acordo com sua capacidade e posição no sistema internacional de Estados. Quanto maior a posição hierárquica, mais a democracia pode se ajustar a regimes de acumulação capitalista e ao mesmo tempo ao militarismo e autoritarismo.

De outro lado, a própria luta de classes determina o valor – relativo – e não absoluto da democracia para a burguesia:

"Logo que as aspirações e as idéias contrárias começam a penetrar nas massas (...) O liberalismo político dos burgueses desaparece e não faltando em si mesmo os meios nem a força para reprimir as massas, imolando-se em beneficio da conservação dos interesses econômicos da burguesia, deixo o posto a ditadura militar" (Bakunin, 1980, p.293).

Isto porque, a análise do Estado Moderno ignora o estatismo como um conjunto de tendências políticas e organizacionais, como expostas anteriormente:

"Ignoram que o despotismo não está tanto na forma do Estado ou do poder, como no principio do Estado e do poder político, e que, por conseguinte, o Estado republicano deve ser tão despótico como o Estado governado por um Imperador ou por um Rei" (Bakunin_2, 1980, p. 95).

Assim, há uma tendência ao aumento progressivo e contínuo da centralização estatal, autoritária, burorático-militarista, da extensão dos trabalhadores improdutivos que emprega, das forças armadas, do militarismo e da repressão policial, independentemente da forma do Estado – monárquica ou republicana, democracia ou ditadura. E para a burguesia, a opção entre democracia e ditadura é condicionada pela possibilidade de maior ou menor de eclosão da revolução social. Quer dizer, a analise da forma do Estado tem de ser realizada sempre em face do estágio em que se encontra a luta de classes.

Para concluir, devemos compreender que o conceito de estatismo designa um processo: o de extensão do Estado e formação de uma "razão do Estado" e de diversas doutrinas de sua legitimação (teoria do direito divino dos reis, contratualismo, nacionalismo). O conceito de **estatismo** supõe uma análise histórica em que o Estado Moderno antecede a formação do capitalismo, e a tomada deste Estado pela Burguesia consolida a transformação econômica capitalista da sociedade feudal. Por outro lado e dialeticamente, este Estado Moderno surgido da reforma protestante, Estado emancipado da Igreja e que a subordinou, foi condicionado pelas mudanças econômicas e sociais, como as transformações do feudalismo, expansão comercial, que antecederam e possibilitaram a reforma religiosa.

Enquanto etapa histórica, a idéia de estatismo recobre duas tendências distintas; em primeiro lugar, e de maneira fundamental, a relação de correspondência ou dialética entre centralização estatal e monopolismo econômico, de maneira que uma alimenta e reforça a outra. É impossível então pensar o estatismo sem pensar o aumento das taxas de exploração e das formas de extração de mais valia absoluta. Ao mesmo tempo, essa dialética centralização/monopólio é expressão e conseqüência do caráter que o Estado Moderno assumiu com o desenvolvimento do estatismo, ou seja, um caráter burguês (apesar de que nas suas primeiras manifestações, houve um "estatismo" relacionado a uma classe dominante nobiliárquica e clerical).

Decorre desse caráter burguês do Estado capitalista e da economia, que o próprio sistema de Estados se paute numa competição entre os Estados pela hegemonia, e mesmo pela supremacia, que caberá sempre ao Estado mais vasto, que conseguir controlar territórios(comércio exterior), mares e povos. A centralização de poderes no Estado levará também no sistema de Estados a uma centralização de maiores poderes nos maiores Estados, que assumirão então a forma de Impérios – que se torna o conceito para exprimir e descrever Estados que são potências militares e geopolíticas. O Império é um tipo particular de Estado que consegue a hegemonia numa região e que disputa a supremacia no sistema mundial de Estados. O desenvolvimento do estatismo sempre leva a formação, no sistema internacional de Estados, pela lógica de competição e conquista que lhe é inerente, de um Império que detém a supremacia sobre outros Impérios e Estados rivais[1].

Por fim, existe uma outra formulação associada à noção de estatismo, e que num certo sentido contraria algumas formulações clássicas sobre o Estado[2]. A forma do Estado que tenderia a melhor se ajustar ao desenvolvimento do estatismo seria a Democracia, que não elimina nem o caráter centralizador, nem policial-militar, nem conquistador do Estado moderno em sua foua quistador do Estado moderno em f, nemtatismo seria a drma capitalista.

Ao mesmo tempo, existe uma dinâmica entre Democracia e Ditadura que é determinada pela luta de classes e pela revolta e resistência política do proletariado. A Ditadura Militar se apresenta como fórmula mais adequada para resolver as contradições de classe numa determinada situação histórica, mas a Democracia se coloca como forma mais adequada ao monopólio e a centralização. O estatismo tem uma tendência de apresentar-se em sua forma moderna e burguesa, pela forma de Democracia, o que não elimina nenhum dos traços característicos e essenciais do estatismo definidos acima. A Ditadura é sempre um dispositivo estratégico sacado de acordo com a luta de classes. Enfim, a forma do Estado é secundária em relação aos traços essenciais do estatismo, que aumentam a centralização e o monopolismo graças e através da Democracia, e não contra ela.

O conceito de estatismo pode ser assim empregado para análise das transformações políticas, mas especialmente a dinâmica política das sociedades capitalistas, apreendendo as tendências que surgem de processos aparentemente contraditórios de disputa entre os Estados e de formação de hegemonias.

Notas:

[1] A analítica histórica de Bakunin vê na formação de um "Império Knuto-Germanico" exatamente a expressão dessa lógica. A supremacia da França na Europa sucedida pela da Alemanha marca exatamente essa tendência ao estabelecimento do domínio de um Império, e subordinação dos demais Estados vizinhos.

[2] Especialmente a de que a Democracia é uma salvaguarda a centralização de poderes e bens, correspondendo idealmente a sociedade baseada numa classe média, ou seja, sem grandes poderes econômicos.

Forças Coletivas e Classes Sociais:

o funcionamento da economia e sociedade.

Uma das designações adotadas por Bakunin e pelos membros da Aliança dos Socialistas Revolucionários era a de "coletivistas" (citar Netlau). Essa designação dever ser remetida tanto ao método sociológico que toma a noção de **experiência coletiva** como base da análise cientifica, quanto a um outro conceito, que está relacionado à teoria geral da **sociedade** e da **economia:** é o conceito de "força coletiva" que é empregado em alguns textos de Bakunin e que foi formulado teoricamente por Proudhon. A idéia de força coletiva está associada à definição de uma análise das classes sociais e das suas relações.

O **coletivismo** não é então somente um posicionamento programático favorável à propriedade coletiva, como muitos autores reconhecem, mas remete a uma teoria acerca do funcionamento da economia e sociedade, das suas bases coletivas em contraposição as análises individualistas e seus fundamentos cognitivos. Sem partir dessa teoria, é impossível compreender ou assumir integralmente o programa coletivista.

A idéia de força coletiva, nesse sentido, se liga a própria caracterização da sociedade capitalista, baseada na propriedade privada do capital, que engendra as relações de exploração do trabalho, trabalho realizado especialmente sob a forma de forças coletivas.

Faremos agora uma recuperação das principais análises de Bakunin sobre a economia capitalista e a propriedade privada, para determinar as principais teses e conceitos que se articulam com sua teoria do estatismo, descrita anteriormente.

1 – "Liberdade e Igualdade" sob o capitalismo: crítica da propriedade privada e da exploração do trabalho.

O texto de Bakunin utilizado aqui é um Manuscrito divulgado sob o titulo de "O Sistema Capitalista". O texto se dedica a analisar e fazer a crítica do pensamento burguês e das noções de "liberdade e igualdade" aplicadas às relações de classe (no caso dentro do sistema capitalista, a burguesia e o proletariado). A critica do descompasso entre a ordem legal burguesa e a ordem social burguesa é o ponto de partida da análise econômica. O argumento então é direcionado a critica da visão liberal, de que considera a existência da "liberdade e igualdade" de condições nas relações entre capitalistas e trabalhadores na sociedade moderna.

Greve dos mineiros Franceses de 1906

Dentro da sua critica, o primeiro fato a ser identificado como central por Bakunin para questionar a existência da igualdade e liberdade, é existência da propriedade privada capitalista:

"O que é a propriedade, o que é o capital na sua presente forma? Para o capitalista e o proprietário ela significa o poder e o direito, garantido pelo Estado, de viver sem trabalhar. E desde que nem a propriedade nem o capital produzem nada quando não fertilizados pelo trabalho – significa o direito e o poder de explorar o trabalho de todos, o direito de explorar o trabalho daqueles que nem possuem propriedade nem capital e que desse modo são forçados a vender sua força produtiva aos donos de ambos. Notemos que eu deixei de considerar a seguinte questão: de que maneira a propriedade e o capital caíram nas mãos dos presentes proprietários? Esta é uma questão que, quando considerada do ponto de vista da história, lógica e justiça, não pode ser respondida em qualquer outro modo além do que serviria como uma acusação contra os proprietários. Eu me restringirei aqui à afirmação de que proprietários e capitalistas, visto que como eles vivem não pelo seu trabalho produtivo mas de extrair renda da terra, alugueis, no interesse de seu capital, ou pela especulação sobre a terra, edifícios e capital, ou pela exploração comercial e industrial do trabalho manual do proletariado, todos vivem as expensas do proletariado (especulação e exploração sem duvida constituem um tipo de trabalho, porém um trabalho improdutivo)." (Bakunin, **Manuscrito Sistema Capitalista**).

Aqui vemos que a existência da propriedade privada confere o "poder e o direito (legal)" de viver da **exploração do trabalho** daqueles que não são proprietários nem capitalistas e são forçados a vender sua força produtiva. Do ponto do vista metodológico, a critica aborda a questão apenas da ótica da lógica interna gerada pela existência da propriedade privada, deixando de lado o problema histórico da origem da propriedade privada. É importante observar que Bakunin associa a propriedade privada capitalista enquanto fato econômico ao fato jurídico-político, que consagra e estabelece as relações anteriores.

Nesse texto fica nítido um posicionamento teórico assumido por Bakunin na polemica existente economistas, e que se relaciona a origem do próprio socialismo como corrente de pensamento: ele assume a **teoria do valor trabalho,** ou seja, de que a origem do valor está no trabalho e não na

"utilidade" de um determinado produto. Isso tem uma série de implicações. A principal é que sendo o trabalho o fator gerador do valor, o capital torna-se apenas "valor acumulado" e sendo fator determinado e não determinante. As atividades dos burgueses são definidas como um tipo particular de trabalho, o trabalho "improdutivo" que diferencia a atividade dos capitalistas das atividades do proletariado.

Bakunin faz uma critica dos princípios básicos da sociedade burguesa moderna: a igualdade e liberdade. Ele confronta esses princípios liberais e republicanos com a organização econômica baseada na exploração do trabalho, para tentar determinar se essa liberdade e igualdade são realmente factíveis de um ponto de vista proletário.

Da ótica econômica e sociológica assumida por Bakunin, ele afirma que essas idéias de "liberdade e igualdade" não expressam relações concretas:

"Deixe-nos mesmo supor, como está sendo sustentado pelos economistas burgueses e com eles por todos os legisladores, todos os adoradores e crentes no direito jurídico, todos os padres do código civil e criminal – deixe-nos supor que este relacionamento entre o explorador e o explorado é completamente legítimo, que é a inevitável conseqüência, o produto de uma eterna e indestrutível lei social, todavia será sempre verdade que a exploração impossibilita a igualdade e a fraternidade. Sem dizer que ela impossibilita a igualdade econômica. Suponha que eu sou seu trabalhador e você é meu empregador. Se eu ofereço o meu trabalho ao mais baixo preço, se eu consinto que você viva do meu trabalho, não é certamente por fraternidade ou devoção a você. E nenhum economista burguês nos desafiaria a dizer que era porém seu raciocínio torna-se ingênuo e idílico quando eles começa a de falar de afeições recíprocas e relações mútuas que existiriam entre empregados e empregadores. Não, eu faço isso porque minha e eu morreríamos de fome se eu não trabalhasse para um empregador. Desse modo, eu sou forçado a vender a você meu trabalho ao menos preço possível, e eu sou forçado a fazer isso pela ameaça da fome". (Bakunin, **Manuscrito Sistema Capitalista**).

Acima vemos que na base da relação de exploração está a "pressão material", e nesse sentido a relação de exploração do "trabalho livre" é baseada na **coação** e no medo que a existência dessa diferenciação básica e elementar em **proprietários do capital** e **trabalhadores vendedores da força de trabalho** engendram. A fome, enquanto pressão material e natural opera em favor dessa relação social de exploração, e para Bakunin a coação material é o principal elemento dessa organização econômica[1].

A coação estabelecida então anularia a idéia do "trabalho livre", pois existia um diferencial de poder estrutural entre trabalhadores e capitalistas que não desapareceria dentro do mercado em razão da leia abstrata e formal da oferta e da demanda, como vemos:

Trabalhadoras em fábrica Chinesa

"Porém – os economistas dizem-nos – os proprietários, os capitalistas, os empregadores são do mesmo modo forçados a procurar e comprar o trabalho do proletariado. Todavia, é verdade, eles são forçados a fazer isso, porém não na mesma medida. Tinha havido igualdade entre aqueles que oferecem seu trabalho e aqueles que compram, entre a necessidade de vender trabalho à necessidade de comprá-lo, a escravidão e a miséria do proletariado não existiriam. Porém então nem existiram capitalistas, proprietários, nem proletariado, nem ricos, nem pobres: seriam somente trabalhadores. É precisamente porque tal igualdade não existe que nós temos e somos limitados por exploradores." (Bakunin, **Manuscrito Sistema Capitalista**).

O trecho acima critica a noção de igualdade "de mercado", de que o capitalista dependeria do "trabalhador" na mesma medida em que o trabalhador do capitalista. A dependência existente entre trabalhadores e capitalistas não é recíproca, até porque os trabalhadores são subordinados ao poder econômico do capitalista.

Essa igualdade "ideal" e "formal" entre capitalistas e trabalhadores individuais é neutralizada pela lógica da economia capitalista, pela tendência ao monopólio e a concentração de capital:

"Esta igualdade não existe porque na moderna sociedade onde a riqueza é produzida pela intervenção do capital pagando salários ao trabalhador, o crescimento da população excede o crescimento da produção, que resulta em que a oferta de trabalho supera necessariamente a demanda e conduz a relativa queda do nível de salários. A produção desse modo constituída, monopolizada, explorada pelo capital burguês é empurrada de um lado pela competição mútua dos capitalistas para concentrar sempre mais nas mãos de um sempre diminuto número de poderosos capitalistas ou nas mãos de empresas de estoque-comum que devido à fusão de seu capital, são mais poderosos que os maiores capitalistas isolados. E os capitalistas pequenos e médios, não sendo capazes de produzir ao mesmo preço como os grandes capitalistas, naturalmente sucumbem numa luta mortal). De outro lado, todas as empresas são forçadas pela mesma competição a vender seus produtos ao preço mais baixo possível. Isto (monopólio capitalista) pode ater este duplo resultado somente ao exmpulsar sempre crescente numero de pequenos e medios capitalistas, especuladores, mercadores ou industriais, dos mundo dos exploradores ao mundo do proletariado explorado, e ao mesmo tempo extrair sempre maiores economias dos salários do mesmo proletariado.

"De outro lado, a massa do proletariado, crescendo como um resultado geral do aumento da população – que, como nos sabemos, nem mesmo a pobreza pode parar efetivamente – e através do aumento da proletarização da pequena-burguesia, ex-proprietarios, capitalistas, mercadores e industriais, crescendo como eu tenho dito, em uma taxa muito mais rápida do que as capacidades produtivas de uma economia que é explorada pelo capital burguês – esta massa crescente do proletariado é localizada e uma condição onde os

trabalhadores são forçados a uma competição desastrosa uns com os outros. Desde que eles não possuem nenhum outro meio de existência além de seu próprio trabalho manual, eles são levados, pelo medo de verem-se substituídos por outros, a vendê-lo pelo menor preço. Esta tendência dos trabalhadores, ou ao contrário, a necessidade a que eles são condenados por sua própria pobreza, combinada com a tendência dos empregadores a vender os produtos dos seus trabalhadores, e conseqüentemente comprar seu trabalho, ao menor preço, constantemente reproduz e consolida a pobreza do proletariado. Desde que ele encontra-se em um estado de pobreza, o trabalhador é compelido a vender seu trabalho por quase nada, e porque ele vende aquele produto por quase nada, ele afunda-se sempre uma pobreza maior." (Bakunin, **Manuscrito Sistema Capitalista**).

A "coação" engendrada por fatores naturais (como a fome) combina-se com a "coação" gerada por fatores sociais (como a competição entre proletários no mercado de trabalho). Isso é conseqüência de uma tendência do crescimento populacional, associado à expansão capitalista, que leva a um desequilíbrio entre a **taxa de oferta da força de trabalho** e a **taxa de demanda de força de trabalho**, que leva a diminuição progressiva da taxa dos salários.

De outro lado, a competição capitalista leva a uma proletarização crescente de setores pequeno-burgueses e o aumento da competição gerado pelo aumento da oferta, cria uma segunda pressão depreciativa sobre os salários, que combinada com a primeira, leva ao aumento da pobreza. Podemos falar estabelece a tese de que na economia capitalista, existe uma tendência a **taxas crescentes de oferta de força trabalho** e uma tendência decrescente da demanda da força de trabalho e dos salários. Essa tendência dissolve completamente a idéia de "trabalho livre e igualdade" na economia capitalista moderna[2].

Os demais argumentos demonstram a inexistência de relações de "liberdade" entre as classes sociais, exatamente por conseqüência da inexistência da "igualdade" na relação capital-trabalho no mercado. A ausência de liberdade do trabalhador é produzida por mecanismos especificamente econômicos:

"Se acontece algumas vezes que o trabalhador faz uma pequena poupança, ela é rapidamente consumida pelos inevitáveis períodos de desemprego que freqüente e cruelmente interrompem seu trabalho, como também pelos acidentes imprevistos e doenças que atingem sua família. Os acidentes e doenças que podem alcança-lo constituem um risco que faz todos os riscos do empregados nada comparável; por que para o trabalhador as doenças podem destruir sua habilidade produtiva, sua força de trabalho. Sobretudo, a doença prolongada é a mais terrível bancarrota, uma bancarrota que significa para ele e seus filhos, fome e morte". (Bakunin, **Manuscrito Sistema Capitalista**).

Vemos aqui que a coação se estabelece também pelo processo de trabalho, através dos ciclos de desemprego, das doenças e acidentes de trabalho, que constituem para o trabalhador uma verdadeira camisa-de-força sócio-econômica. O desemprego é agravado pela impossibilidade de poupança, e esses fatores colocam o trabalhador numa permanente situação de vulnerabilidade.

Essa imobilização ou aprisionamento econômico da força de trabalho é contraposta pela "liberdade do capital". Liberdade de movimentação entre diferentes ramos da economia.

"Se, como uma conseqüência das circunstancias particulares que constantemente influenciam o mercado, o ramo da indústria em que ele primeiro planejou aplicar seu capital não oferecem todas a vantagens que ele esperava, então ele ira mudar seu capital para qualquer lugar; desse modo o burguês capitalista não é ligado por natureza a qualquer industria especifica, porém tende a investir (como é dito pelos economistas – explorar é o que o nos dizemos) indiferentemente em todas as industrias possíveis. Deixe-nos supor, finalmente, que aprendendo de alguma incapacidade ou infortúnio industrial, ele decide não investir em uma dada indústria; ele comprará estoques e anuidades; e se o interesse e dividendos parecem insuficientes, então lê se engajará em alguma ocupação, ou nos dizemos, venderá seu trabalho por um tempo, mas em condições muito mais lucrativas do que ele tinha oferecida a seus próprios trabalhadores.

O capitalista então vem ao mercado na capacidade, se não de um agente absolutamente livre, pelo menos de um agente infinitamente mais livre do que o trabalhador. O que acontece no mercado é uma reunião entre um (agente) dirigido pelo lucro e outro pela fome, entre senhor e escravo. Juridicamente eles são iguais: porém economicamente economicamente o trabalhador é o servo do capitalista, mesmo antes da transação de mercado ter sido concluída por meios de que o trabalhador vende sua pessoa e sua liberdade por um dado tempo. O trabalhador na posição de um servo por causa dessa terrível ameaça da fome que diariamente pende sobre sua cabeça e sobre sua família, forçara-lo a aceitar quaisquer condições impostas pelos lucrativos cálculos do capitalista, industrial, o empregador".

(Bakunin, **Manuscrito Sistema Capitalista**).

Assim, existe uma condição de sujeição do trabalhador enquanto individuo e enquanto classe diante de capitalista que atua como um agente "livre".

A analogia do capitalismo com o escravismo e o feudalismo não é gratuita. O problema da liberdade na sociedade capitalista é então visto de uma perspectiva dialética: a propriedade privada do capital engendra a liberdade de ação do capitalista e ao mesmo tempo a sujeição ("escravização", "servidão") do trabalhador.

Nesse sentido, a "liberdade" do trabalhador é anulada pela existência da propriedade privada capitalista e pelas relações de classe a ela associada. A sujeição do trabalhador é então absoluta dentro das relações econômicas, o que implica também um tipo de dependência política, uma vez que o capitalista tem um poder de comandar o corpo e as ações do trabalhador.

"É uma vez o contrato tendo sido negociado, a servidão dos trabalhadores é duplamente aumentada; ou colocando melhor, antes do contrato ser negociado, guiado pela fome, ele e somente potencialmente um servo; depois de negociado, ele torna-se um servo de fato. Porque ele se vendeu como mercadoria a seu empregador? Isto é seu trabalho, seus serviços pessoais, as forças produtivas de seu corpo, mente e espírito estão nele e são inseparáveis de sua pessoa – isto é por essa razão em si próprio. A partir de então, o empregador o observará, quer diretamente ou por meio de feitores; todo dia durante horas de trabalho e sob condições controladas, o empregador irá ser o proprietário de suas ações e movimentos. Quando ele diz: Faça isso, o trabalhador é obrigado e fazer; ou ele diz: Vá lá, ele precisa ir. Não é isto que é chamado de servo?" (Bakunin, **Manuscrito Sistema Capitalista**).

O "contrato" (que é na visão burguesa a expressão de um ato livre) é para Bakunin o que materializa a sujeição integral do trabalhador. O contrato torna efetivo o potencial controle exercido pelo capitalista sobre o corpo, mente e ações do trabalhador em determinadas horas do dia todos dias de trabalho. Nesse sentido, a propriedade privada capitalista engendra ao mesmo tempo a exploração e dominação, controle e coação dos trabalhadores pelos capitalistas. O "trabalho livre" e a "igualdade perante a lei" não são senão uma outra forma histórica de dominação.

Há uma relação de dependência e subordinação do trabalhador enquanto individuo e classe em relação aos capitalistas, que se apresentam como únicos agentes "livres" – sendo essa liberdade relativa expressão do exercício da coação e controle sobre os trabalhadores. As relações de classe na economia capitalista assim expressam a sujeição econômica e política do proletariado diante da burguesia. A liberdade e a igualdade sob o capitalismo são apenas formas da exploração[3].

Dessa maneira, o problema social central da sociedade moderna, identificado por Bakunin, é a propriedade privada, que enquanto fato econômico engendra relações de classe que expressam formas de exploração e dominação política.

2 – O trabalho e significado do conceito de força coletiva.

A critica nas noções de liberdade e igualdade burguesas, leva então a afirmação de algumas teses acerca da economia e sociedade capitalista, como apresentadas acima. Também levou a formulação de alguns conceitos que marcam a especificidade do pensamento de Bakunin e sua sociologia, especialmente sua definição de classes sociais e o emprego do conceito de força coletiva.

A temática assumida por Bakunin, a critica da concepção de igualdade e liberdade burguesas, e caracterização do problema da desigualdade social e de classe, e da exploração como as questões sociais por excelência, mostram uma continuidade de temática (ou de objetos teóricos-políticos) que caracteriza a análise sociológica "coletivista".

A idéia chave é a de força coletiva, como vemos pelo trecho abaixo:

"Del mismo modo, el Estado no es otra cosa que la garantía de todas las explotaciones en beneficio de un pequeño número de felices privilegiados y en detrimento de las masas populares. Se sirve de **la fuerza colectiva** de todo el mundo para asegurar la dicha, la prosperidad y los privilegios de algunos, en detrimento del derecho humano de todo el mundo. Es un establecimiento en que la minoría desempeña el papel de martillo y la mayoría forma el yunque." (Bakunin, Conf., p.4).

Mas para entender a idéia de força coletiva, é preciso entender o lugar e o significado da categoria **trabalho** para Bakunin e para Proudhon. Em termos econômicos o trabalho é o fator criador do valor:"Os capitais, as ferramentas e as máquinas são igualmente improdutivos. O martelo e a bigorna,sem ferreiro e sem ferro, não forjam: o moinho, sem moleiro e sem trigo, não mói,etc. Colocai juntas as ferramentas e as matérias primas; lançai um arado e sementes num solo fértil; montai uma forja, acendei o fogo e fechai a oficina, nada produzireis." (Proudhon, ibdem, p. 145). No sentido econômico, o trabalho é atividade produtiva e criativa. Somente o trabalho transforma a natureza e o mundo material. Dessa posição teórica, chega-se a um posicionamento político filosófico: tomando o trabalho como atividade, a classe trabalhadora (ou a classe dos que realizam atividades produtivas, através de ocupações manuais e intelectuais) passa a ser depositária de um poder fundamental, que não condiz com sua situação de miséria, subordinação política e desprestigio. Há assim uma posição "obreirista", no sentido em que há a valorização da classe trabalhadora (do trabalho manual em particular, e do trabalho em geral), e que essa classe por ser protagonista do processo econômico de transformação da matéria, de coisas em valores, passa a ser teoricamente considerada como a **protagonista** do processo de transformação social, das instituições políticas e econômicas. A teoria do valor trabalho como assumida pelo bakuninismo, representa também esse posicionamento obreirista, que valoriza a condição do trabalhador e defende o protagonismo de classe.

Por fim, para entender completamente os parâmetros da analise sociológica "coletivista" é preciso entender o significado da definição de força coletiva, formulada por Proudhon no seu livro "**O Que é a Propriedade ou Pesquisas sobre o princípio do direito e do governo**". A questão ou o problema do livro é formulado como "o que é o princípio da hereditariedade? Quais os fundamentos da desigualdade? O que é a propriedade privada?" (Proudhon, 1988, p. 4). Logo, a formulação original do conceito de força coletiva se inscreve também diretamente no debate acerca das desigualdades sociais e sobre a origem da propriedade (privada). Proudhon formula então uma critica da "propriedade" como fundamento (econômico, legal e ideológico) da desigualdade social entre as classes.

A critica de Proudhon é dirigida para os argumentos econômicos e filosóficos que fundamentam o direito de propriedade: especialmente a teoria de a propriedade seria um "direito natural" e tem origem na "ocupação imemorial" ou que a propriedade tem "origem no trabalho[4]". Assim, ele analisa as teorias de explicação e legitimação da propriedade, que a fazem derivar de um trabalho "individualizados" e da diferenças de "capacidades individuais".

É pela critica a teoria da propriedade como originada do "trabalho" que Proudhon formula e define o conceito de força coletiva. A idéia de força coletiva visa apreender a contradição entre o processo de trabalho e a propriedade privada:

"O capitalista, diz-se, pagou as diárias dos trabalhadores; para ser exato, é preciso dizer que o capitalista pagou uma diária tantas vezes quantos trabalhadores empregou por dia, o que não é a mesma coisa. Pois a força imensa que resulta da união e harmonia dos trabalhadores, da convergência e simultaneidade de seus esforços,essa ele não pagou. Duzentos granadeiros levantaram em algumas horas o obelisco do Luqsor sobre a base; um só homem, em duzentos dias, faria o mesmo? Entretanto, na conta do capitalista, a soma dos salários era idêntica. Pois bem, um deserto a cultivar, uma casa a construir, uma manufatura a explorar,é como erguer o obelisco, é como deslocar uma montanha. A menor fortuna, o mais modesto estabelecimento, a instalação da mais acanhada industria exige um concurso de esforços e talentos tão diversos que um só homem nunca conseguiria." (Proudhon, 1988, p. 103).

Divide et impera:divide e reinarás; divide e te enriquecerás; divide e enganarás os homens, e empánarás sua razão e zombarás da justiça. Separai os trabalhadores pode suceder que a diária paga a cada um ultrapasse o valor do produto individual: mas não é disso que se trata. Uma força de mil homens, atuando por vinte dias foi paga como a força de um único atuando por cinqüenta e cinco anos; contudo, a força de mil homens fez em vinte dias o

que a força de um só não faria em um milhão de séculos: o negócio é eqüitativo? Mais uma vez, não: quando tiverdes pago todas as forças individuais, não tereis pago a força coletiva; em conseqüência resta sempre um direito de propriedade coletiva não adquirido por vós e do qual gozais injustamente." (Proudhon, op.cit, p. 103).

A discussão desenvolvida pelo autor estabelece nitidamente a recusa na aceitação do individualismo teórico, típico da economia política clássica do século XIX. A percepção do "agente coletivo" como fenômeno distinto é assim estabelecida. Para o autor, a fragmentação social, a redução individualista das operações econômicas, é uma forma de dominação e exploração do trabalho. A noção de força coletiva seria assim a base sintética de uma formulação teórica e política, numa analítica da economia e sociedade capitalista.

Na sua obra mais volumosa, "De la Justice dans Revolution e de la Iglesie" (1857), Proudhon retoma a noção de forças coletivas:

"Os indivíduos não são os únicos dotados de força; as coletividades tem também a sua.

Uma fábrica, formada por operários cujos trabalhos convergem para um mesmo fim, que é obter este ou aquele produto, possui enquanto fábrica ou coletividade, uma força que lhe é própria; a prova está em que o produto desses indivíduos, assim agrupados, é muito superior ao que constituiria a soma dos seus produtos particulares, se tivessem trabalhando separadamente.

Do mesmo modo a tripulação de um navio, uma sociedade em comandita, uma academia, uma orquestra, um exército, etc., todas estas coletividades contém força, força sintética e,conseqüentemente, específica do grupo, superior em qualidade e em energia à soma das forças elementares suas componentes ...

Consequentemente, sendo a força coletiva um fato tão positivo como a força individual, a primeira perfeitamente distinta da segunda, os seres coletivos são realidades do mesmo modo que os indivíduos.

Pelo seu poder, que é de todos os seus atributos o primeiro e o mais substancial, o ser apresenta-se pois na qualidade de realidade e de vida;apresenta-se, entra na criação, da mesma maneira e sob as mesmas condições de existência que os outros seres." (Justice, L´Etat, apud in 1976 p. 273).

Crianças operárias no século XIX

Aqui fica estabelecido o estatuto teórico da noção de força coletiva: ela é o elemento que compõem os processos sociais e produtivos. A força coletiva é uma unidade de ação diferente dos indivíduos e dos agregados de indivíduos. No plano econômico-social, representa uma contradição direta com a existência da propriedade privada.

A contradição detectada por Proudhon, está entre o "direito de ganho" engendrado pela propriedade privada para os proprietários e os princípios do processo de produção dos valores, já que a relação de assalariamento ao invés de resolvê-la a institui. É o trabalho que produz o valor, e o salário direcionado aos trabalhadores individuais não paga "jamais" a força coletiva (que a ação resultante da divisão do trabalho). Por isso ele conclui, "Que, sendo toda a produção necessariamente coletiva, o trabalhador tem direito, na proporção do seu trabalho, à participação nos produtos e lucros". (Proudhon, 1988, p. 103). Quer dizer, a produção coletiva, mas a propriedade privada gera um direito de ganho individualizado.

Esse elemento presente na formulação de Proudhon é fundamental; a existência da propriedade priva gera o "direito de ganho". Esse direito de ganho se ampara no emprego da força e da legalidade estatal. A máxima "Toda propriedade é um roubo" é apenas a síntese de que não somente na sua origem a propriedade está fundada na ocupação pela força ou pela "astúcia", mas indica que o proprietário expropria diariamente as forças coletivas dos trabalhadores. O "direito de ganho individual" (o lucro, o juro, a renda ou aluguel são suas formas) é produto da propriedade privada. Mas o processo de trabalho e produção material somente é viabilizado pela existência de forças coletivas (Proudhon, 1988, p.106) É por essa construção teórica e filosófica que Proudhon chega à necessidade de eliminação da "propriedade" e defesa da propriedade coletiva.

A critica da desigualdade de classes, é vinculada diretamente a teses acerca da origem da propriedade, das relações de classe e a caracterização da própria sociedade. A força coletiva designa a contraposição a uma visão individualista da economia e da sociedade, enfatizando que o produto do trabalho é sempre indivisível, e por isso a economia leva necessariamente a idéia de propriedade coletiva, pela impossibilidade de estabelecimento da propriedade individual. É uma critica e um enfrentamento direto da sociedade burguesa e seus fundamentos cognitivos. Ao demolir o argumento de que o direito de propriedade nasce do "trabalho" (individual) Proudhon associa o conceito de trabalho ao coletivismo proletário, e tira o conceito de sua dimensão burguesa.

Nesse sentido, a analise sociológica sintetizada na noção de força coletiva baseia-se nas seguintes premissas:: 1) **o trabalho, especialmente sob a forma de "força coletiva"** é que produz o valor. Há uma sob produção capitalista **uma contradição permanente entre o direito de ganho derivado da propriedade privada e a produção baseada na força coletiva**, motor da contradição de classes sociais. Sob produção capitalista, a força coletiva jamais será remunerada e o salário individual será mantido sempre no valor socialmente necessário a reprodução física do trabalhador; 2) isso porque a propriedade privada (enquanto fato econômico e jurídico) tem sua origem não na ocupação (do território) ou no trabalho,.mas (assim como o Estado) na conquista ou em contratos baseados em desigualdade de poder, possibilitando uma expropriação diária e cotidiana dos trabalhadores e sua força coletiva, o direito de exploração e

acumulação; 3) em termos históricos, a propriedade foi constituída sob a base do direito romano, como "direito de uso e abuso" ou direito de "domínio". A "propriedade privada" foi transformada pela revolução francesa, em principio do direito e do governo (da gestão da sociedade) e a revolução francesa instituiu ao mesmo tempo o Estado moderno e a Economia moderna (capitalistas), sendo a propriedade privada e as relações de exploração derivadas da dialética existente entre "domínio" e direito de "ganho". 4) a existência da propriedade privada e capitalista engendra uma **taxa crescente de desigualdade e da miséria** (entre os trabalhadores).

Quer dizer, partindo da critica das noções burguesas de igualdade e liberdade, constata-se que a sociedade burguesa não somente era desigual, como a desigualdade tenderia a se agravar; e que liberdade, relativa à burguesia, era inexistente para o proletariado enquanto classe, nos seus locais de trabalho e atividade social, e sob o sistema da propriedade privada, a liberdade seria exclusiva a burguesia.

3 – Análise de classes bakuninista e revolução social.

A analise sociológica exposta acima está necessariamente encadeada as conclusões políticas. Mas essas conclusões serão estabelecidas a partir de um método: a análise comparada da experiência histórica. Nesse sentido, é pela análise de alguns processos históricos e pelos posicionamentos sustentados por Bakunin, que podemos perceber como as teses sociológicas são usadas como base de uma teoria política revolucionária.

No livro "**Cartas a um Francês**" (1870) Bakunin se dedica a análise da situação pré-revolucionária inaugurada pela Guerra entre Prússia e França, e tenta definir uma política para a revolução social na França. Apresenta então uma análise de classes e sua relação com o processo revolucionário e caracteriza a existência de diferentes "partidos": jacobinos, orleanistas, entre a burguesia, e socialistas, anarquistas entre o proletariado. Na França e na Europa, constata "a burguesia é um corpo mais numeroso do que se pensa" e leva suas "raízes" ao proletariado nas suas "capas" superiores. Na Alemanha os operários e camponeses, e mesmos os socialistas, estavam profundamente imbricados no mundo burguês. Na França, apesar da separação do proletariado como classe autônoma ter alcançado níveis maiores, ainda assim, os setores de ofícios melhor remunerados sofriam a influencia "espiritual" da civilização burguesa (Bakunin, 1980, p.133).

Essa caracterização visa compreender e explicar o processo político da França e possibilidade da revolução social na Europa. Bakunin analisa como cada partido poderá oferecer um programa de "salvação" da França diante da eminência da ocupação prussiana e diante da opressão interna bonapartista. Como ele vai chegar as suas considerações para definir uma estratégia e um programa para a França? É pela análise comparada da experiência histórica – do movimento revolucionário de 1793 com a experiência de 1848 e os diferentes papéis históricos da burguesia e do jacobinismo (republicanismo "radical"). A "revolução burguesa" de 1848 já tinha consciência de seu antagonismo com a revolução proletária[5]. O republicanismo radical (ao contrário dos jacobinos de 1793) passou a buscar mobilizar as classes privilegiadas, a convencer o proletariado a ter paciência e depositar suas esperanças no "governo provisório".

E aqui vemos a importância das teses acerca da economia e sociedade capitalista. Bakunin indica a importância da Revolução Francesa para a formação do Estado Moderno; Proudhon indica que a Revolução Francesa consagrou o principio da propriedade privada na constituição de 1789, instituindo assim os mecanismos principais da sociedade moderna: 1) a "soberania da vontade do povo" ou o "despotismo"; 2) desigualdade de fortuna e de classe; 3) o principio da propriedade privada. Desse modo, as condições foram criadas para consolidação da burguesia como classe autônoma, baseada no direito de ganho derivado da propriedade privada e na exploração do trabalho. A burguesia passou então a ser desde então uma força contra-revolucionária, tanto nas suas relações concretas, quanto nas suas idéias políticas.

Assim, para explicar o comportamento estrutural e histórico dos partidos e tendências políticas, é preciso fazer sua caracterização em relação à estrutura de classes e as contradições existentes nela. Depois de 1793, a contradição entre burguesia e proletariado passou a ocupar – inclusive na consciência burguesa – o lugar principal. Nesse sentido, a solução política para a França para a crise da França não era a formação de um novo governo, mesmo o republicano (Bakunin, op.cit., p.157) e que Gambeta (personificação do jacobinismo) só tinha duas alternativas: destruir a máquina estatal (já que uma reforma constitucional e administrativa era impossível) ou conciliar com os monarquistas, utilizando os orleanistas e mesmo os bonapartistas que ocupavam a burocracia e contra quem os republicanos lutavam (Bakunin, op.cit, p. 164) Qual é a solução postulada por Bakunin: "...a França não pode ser salva mas que pela sublevação espontânea e livre, completamente livre da tutela da administração, do governo, do Estado, qualquer que seja a forma desse Estado ou desse governo." (Bakunin, 1980, p. 155)

A revolução, a insurreição armada popular, é apresentada como Bakunin como solução para crise interna (a luta contra o "bonapartismo" ou a monarquia) e externa (contra a conquista movida pelo Império Prussiano). Não seria pela formação de um "governo provisório", nem de uma "assembléia constituinte", nem mesmo uma "revolução burguesa" (que a essa altura, era impossível, por não poder se apoiar nas massas para se realizar, e não contar com forças próprias para tal) que se resolveria o problema interno e externo.

Ao mesmo tempo, Bakunin indica que mesmo em termos da luta de libertação nacional, a burguesia era politicamente impotente.

"Somente os operários das cidades podem salvar hoje a França. Não há

São Bernardo do Campo (SP): linha de montagem da Volkswagen do Brasil

que contar com a burguesia. Desenvolvi amplamente o porquê. Os burgueses não vêem, não compreendem nada fora do Estado. (...) É certo que a burguesia não é capaz. (...) Se ajustará melhor com a dominação dos prussianos e dos bonapartistas que com a sublevação da barbarie popular (...) Eu penso que nessa hora não há na França, e também em todos os demais paises, não existem mais que duas classes capazes de tal movimento: os operários e os camponeses." (1980, p. 166)

Ou seja, as contradições econômicas da burguesia com os operários e os camponeses, impediam uma aliança para lutar contra a ocupação estrangeira. A associação com o Estado invasor seria preferível à revolução popular que poderia destruir sua condição de classe dominante. Ao mesmo tempo, a burguesia radical por si só não tinha forças para barrar a ocupação estrangeira sem conciliar com os monarquistas, e assim a causa "democrática" da burguesia era sacrificada em prol dos seus interesses econômicos comuns, por uma aliança com os setores monarquistas (que representavam à monarquia e no caso dos bonapartistas, a ditadura militar). Por isso, somente a aliança operário-camponesa seria capaz de resolver ao mesmo tempo o problema interno (derrubada da ditadura bonapartista) e da liberação nacional (da ocupação estrangeira). As contradições (derivadas de pré-conceitos e manipulações ideológicas do Estado) entre operários e camponeses e que tinham paralisado a revolução social, e para defender a revolução social seria preciso resolver tal questão (Bakunin, 1980. p. 170).

O processo político francês seria definido então pela dinâmica estrutural das classes e pelo comportamento concreto das frações de classe e partidos. As frações monarquista (orleanista e bonapartista) e republicana da burguesia tinham suas contradições; os orleanistas visavam a restauração, ou seja, a derrubada dos bonapartistas, o mesmo que os jacobinos – que se separavam dos orleanistas pela defesa de uma forma de Estado republicana. Os bonartistas manipulavam a aliança com os camponeses e incitavam sua oposição aos operários das cidades, e também durante a guerra começavam a pender para um acordo com o Estado prussiano contra a rebelião interna que se gestava. Os republicanos impossibilitados de uma aliança revolucionária com os operários e os camponeses, buscavam apoio nos orleanistas e mesmo em bonapartistas de certas localidades. Bakunin indica que essa combinação de alianças e plataformas políticas levaria a ruína da França, a perda da Guerra para a Prússia, que por sua vez significaria a vitória da contra-revolução[6]". Somente a aliança operário-camponesa na base de um programa socialista revolucionário seria capaz de resolver a crise política nacional, através da revolução popular.

Nesse sentido, vemos que Bakunin a partir das teses sobre o Estado e a economia capitalista, interpreta uma situação histórica particular, e aponta a dinâmica estrutural (relações de classe) e como esta afeta as possibilidades históricas (as ações, programas e estratégias) dos diferentes partidos. A sua política está assim amparada numa teoria social e sociológica.

Mas para completar a sua visão do processo de mudança social, é preciso indicar o seu próprio conceito de revolução, de como esse conceito está rigorosamente ligado à caracterização da contradição entre classes sociais e a existência da propriedade privada capitalista, de um lado, e do Estado enquanto organismo vinculado a classe dominante, de outro. E essa definição se estabelece pela crítica que Bakunin realiza do programa do partido operário social democrata alemão.

"Segundo a opinião quase unânime dos socialistas alemães, a revolução política deve preceder a revolução social – o que segundo minha opinião é um, grande e fatal erro, porque toda revolução política que se faça antes, e por conseguinte, fora da revolução social, será necessariamente uma revolução burguesa, e a revolução burguesa não pode servir para produzir mais que um socialismo burguês, ou seja, deve chegar infalivelmente a uma nova exploração mais hipócrita e mais sábia talvez, mas não menos opressiva do proletariado pela burguesia. Essa desgraçada idéia da revolução política que deve anteceder, dizem os alemães, a revolução social, abre de par em par as portas do partido operário da democracia socialista a todos os democratas radicais da Alemanha, exclusivamente políticos e muito pouco socialistas". (Bakunin, 1980, p. 220)

A formulação acima indica o caráter burguês (usando uma linguagem atualizada, "democrático-burguês") do programa social democrata. A separação da revolução "política" (mudança das formas do Estado ou de Governos) da resolução da questão econômica – propriedade privada- implica no desenvolvimento de uma revolução "burguesa", ou seja, que muda os mecanismos e parâmetros de exercício da exploração. A revolução política, ou seja, a revolução burguesa (que tem finalidades exclusivamente políticas) diante da revolução social (que é uma revolução popular ou proletária) é uma **contra-revolução**, exatamente por preservar a propriedade privada capitalista e a exploração do trabalho.

Assim, Bakunin adverte criticamente que na realidade, o caráter eclético do programa levaria ao sacrifico dos elementos socialistas:

"É impossível chegar a dois fins contraditórios. Ao implicar o socialismo a revolução social, a destruição do Estado, é evidente que quem tende ao Estado deve renunciar ao socialismo, deve sacrificar a emancipação econômica das massas a potencia política de um partido privilegiado qualquer. O partido da social democracia alemã deve sacrificar a emancipação econômica e por conseguinte também a emancipação política do proletariado, ou melhor sua emancipação da política, a ambição e ao triunfo da democracia burguesa. Isso resulta claramente dos II e III artigos do seu programa". (Bakunin, 1980, p. 231)

As condições para a capitulação da social-democracia estavam dadas desde sua fundação e nas suas bases estratégicas e programáticas. E na realidade ao separar o problema político – dando primazia a ele – do econômico, os social-democratas sacrificariam tanto os interesses econômicos quanto políticos dos trabalhadores. E mais que isso. A tese "etapista" não somente implicaria na capitulação da revolução socialista, mas na abdicação mesmo de uma "revolução burguesa", que se apresentaria, na grande maioria dos casos, apenas como fraseologia porque: "Eis aqui o que constitui o verdadeiro objeto, o fim real, atual, desse partido: uma reforma exclusivamente política do Estado, das instituições e das leis de Estado. (Bakunin, op.cit, p.232). Recuando da revolução proletária para a revolução burguesa, o passo seguinte e necessário seria o recuo da revolução burguesa para o reformismo puro e simples.

A revolução social para Bakunin, deveria destruir simultaneamente o Estado-Nacional, burocrático e policial, e também a propriedade privada, através da coletivização.

"A revolução social não exclui de nenhum modo a revolução política. Ao contrário, a implica necessariamente, mas

imprimindo-lhe um caráter novo, o da emancipação do povo do jugo do Estado Posto que todas as instituições e toda as autoridades políticas não foram criadas, em ultimo termo, mas que em vista de proteger e de garantir os privilégios econômicos das classes possuidoras e exploradoras contra as rebeliões do proletariado, é claro que a revolução social deverá destruir essas instituições e autoridades, nem antes, nem depois, mas ao mesmo tempo que ponha sua mão audaz sobre os fundamentos econômicos da servidão do povo. A revolução social e a revolução política serão pois, inseparáveis, como devem ser em efeito, pois que a primeira sem segunda será uma impossibilidade, um contra-senso; e a primeira sem a segunda uma simulação.

A revolução política, contemporânea e realmente inseparável da revolução social – daqui será por assim dizer, a expressão ou manifestação negativa – não será uma transformação mas uma liquidação grandiosa do Estado, e a abolição radical de todas as instituições políticas e jurídicas que tem por objeto o submetimento do trabalho popular a exploração das classes privilegiadas. Ao mesmo tempo que destruirá a potencia econômica dos proprietários, dos capitalistas, dos proprietários, dos patrões, destruirá a dominação política de todos os chamados representantes coroados ou não coroados do Estado, desde os Imperadores e Reis, até o ultimo gendarme ou guarda florestal, de todos os grandes e os pequenos corpos de Estado, de todas as classes e indivíduos que – em nome de um poder fundado sobre o direito divino e para outros sobre a eleição popular e sobre o sufrágio universal..[7]. (Bakunin, 1980, p. 308)

Nesse sentido, o conceito bakuninista de revolução sintetiza tanto a concepção filosófica geral da dialética entre política e economia, quanto às teses acerca da propriedade privada e do estatismo, e a análise da experiência histórica das classes sociais nas revoluções de 1793, 1848 e 1871. Logo, não somente a revolução política não é uma etapa necessária e anterior à revolução social, como ela é antagônica a revolução social, ou seja, proletária (em caráter) e socialista (em programa). Além do mais, essa teoria da “revolução em etapas” (esboçada no programa de 1869-70 dos social-democratas) abre as portas do partido aos oportunistas democratas e burgueses comprometendo o seu caráter operário[8].

A teoria anarquista da revolução – das condições necessárias à realização de uma insurreição geral – foi estabelecida a partir da análise de um processo histórico particular, o desenvolvimento das revoluções francesas, e da critica da tese que afirmava que a revolução burguesa como etapa anterior e necessária da revolução socialista. Ao realizar uma análise sociológica do conflito de classes e da crise política francesa desencadeada pela guerra franco-prussiana de 1870, Bakunin realizou um exercício de aplicação de seu método materialista e de demonstração de suas teses acerca do estatismo e da propriedade privada, bem como do papel das classes sociais e partidos diante de cada situação política possível. Assim, a análise da sociedade é construída a partir da análise da dinâmica entre “**revolução X reforma**” e “**revolução X contra-revolução**”, ou seja, entre revolução burguesa e revolução proletária. Aquilo que seria estabelecido como estratégia e programa político anarquista (a greve geral de massas, a insurreição geral campo-cidade, o boicote a democracia burguesa, a aliança operário camponesa e a defesa da federação das comunas socialistas) seriam conclusões políticas extraídas dessa análise sociológica de base essencialmente coletivista, e do materialismo filosófico que lhe sustenta. E as teses principais acerca da economia e sociedade seriam firmadas a partir da análise de fatos sociais e da experiência histórica.

OBS: desigualdade entre trabalho manual e intelectual como outra dimensão importante da negação da desigualdade - a desigualdade dos salários por conta das “capacidades” é injustificável (p. 112) é preciso distinguir a 1) diferença de funções; 2) diferença de relações na divisão do trabalho, de maneira que nenhum trabalho é superior ao outro na escala social de produção, são funcionalidades distintas.

_____

Notas:

1 Nesse sentido, vemos como a analise materialista de Bakunin expressa a sua concepção filosófica de articulação do mundo social com um mundo natural, por meio de uma continuidade objetiva. Até porque, como veremos, o próprio Bakunin adiciona inúmeros outros elementos de coação especificamente sociais. Poderíamos dizer que a idéia de fome é um elemento natural que serve de base ao outros elementos sociais. Por isso preferimos alargar a noção no sentido da “pressão material” para dar conta de uma multiplicidade de outros fatores materiais (naturais e sociais) que se combinam e produzem a relação de coação indicada acima.

2 “Thus, while being equal from the point of juridical fiction, the capitalist and the worker are anything but equal from the point of view of the economic situation, which is the real situation.” (Bakunin, **Manuscrito Sistema Capitalista**).

3 Bakunin retoma então a ênfase critica iniciada por Proudhon sobre a propriedade privada capitalista. Proudhon indicou que a propriedade engendra o despotismo e a tirania (citar propriedade é domínio).

4 “Os jurisconsultos modernos, seguindo os economistas, abandonaram quase todos a teoria da ocupação primitiva, considerando-a ruinosa demais, e adotaram com exclusividade a que faz a propriedade nascer do trabalho”. *(Proudhon, 1988, p. 77)*

5 “Esse antagonismo da revolução burguesa e da revolução popular não existia todavia em 1793 nem na consciência do povo nem da burguesia. Não havia desabrochado da experiência histórica esta verdade de todos os tempos: que a liberdade de toda classe privilegiada, e por conseguinte também da burguesia, está fundada essencialmente na escravidão econômica do proletariado.” (Bakunin, 1980, p. *147)*

6 “Depois da guerra de 1815 houve a Santa Aliança política de todos so Estados contra o liberalismo burguês. Depois da guerra presente, se termina com a vitória da Prússia, a dizer, da reação internacional, haverá a Santa Aliança política e econômica a vez dos mesmos Estados, fortalecidos pela cooperação interessada da burguesia de todos os paises contra o socialismo revolucionário do proletariado”. *(Bakunin, 1980, p. 209)*

7 Trecho de um outro livro “A Situação Política da França”, que continua a análise do conflito de classes na França, só depois da derrubada da Monarquia em setembro de 1870.

8 Bakunin chama a atenção para as negociações então em curso entre social-democratas e liberais na Alemanha.

Construção de Comitês de Propaganda da UNIPA

Como o objetivo de divulgar a teoria e a ideologia bakuninista e intervir na luta de classes, a União Popular Anarquista (UNIPA) está fomentando a construção de Comitês de Propaganda por todo o país.

Os Comitês de Propaganda têm a função de distribuir os boletins e os documentos da UNIPA, organizar seminários e debates, bem como auxiliar com apoio material em geral. Além de contribuir com informes locais, podendo enviar textos e análises, que poderão ser publicados de acordo com nossa política editorial, e também propor pautas para os boletins.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convidamos todos os companheiros e companheiras para difundir sua teoria e sua ideologia.

Construção de Pró-Núcleos da UNIPA

O atual contexto da luta de classes no Brasil exige um posicionamento ideológico e teórico correto dos militantes dos movimentos sindical, estudantil e popular. O bakuninismo fornece a teoria, a estratégia e o programa revolucionário capaz de romper com o reformismo e avançar para a construção da ruptura socialista e revolucionária.

A União Popular Anarquista (UNIPA) convoca todos os companheiros e companheiras dos movimentos sindical, estudantil e popular, que tenham acordo político com o bakuninismo e desejem ingressar nos quadros da nossa organização, para a construção de Pró-núcleos da UNIPA por todo o país.

Além da propaganda, os Pró-núcleos da UNIPA atuam na luta de classes à partir da unidade teórica, estratégica e programática com a organização.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convocamos todos os companheiros e companheiras para se organizarem em torno de sua teoria e sua ideologia.

Entre em contato com a UNIPA: unipa_net@yahoo.com.br
www.unipa.cjb.net

Ousar lutar, ousar vencer!
Pela Construção da Revolução Proletária!
Viva a UNIPA!

Via Combativa
Na luta pela Libertação
Proletária!!